

CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2015 EDITAL N.º 046/2015

IRENEU ORTH, Prefeito Municipal de Tapera, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e nos termos do Artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal **TORNA PÚBLICO** que estarão abertas as inscrições para o **CONCURSO PÚBLICO** sob o Regime Estatutário, destinado ao provimento de cargos e a formação de cadastro de reserva para vagas que venham a surgir em cargos de nível superior, médio e fundamental do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo do Município de Tapera, com a execução técnico-administrativa da empresa **PREMIER CONCURSOS LTDA**; regendo-se das normas contidas no presente Edital e pelas demais legislações pertinentes.

1 - DOS CARGOS:

O Concurso Público destina-se ao preenchimento de vagas existentes e classificação de candidatos a vagas

futuras dos seguintes cargos:

	Cargos	Nº de Vagas	Escolaridade e Exigências Mínimas	Carga Horária Semanal (horas)	Salário Base Mensal (R\$)	Valor Inscrição (R\$)
	Agente de Trânsito e Sinistros	03	Ensino Médio e Carteira Nacional de Habilitação - Categoria D.	44	920,84	36,70
_	Arquiteto	01	Curso Superior Completo em Arquitetura e registro definitivo em vigor no CAU/RS	40	3.815,05	55,04
Grupo 1	Auxiliar de Administração	CR	Ensino Médio completo	40	1.184,00	36,70
Į.	Fiscal Municipal	CR	Ensino Médio e Carteira Nacional de Habilitação - Categoria B	40	1.739,15	36,70
	Recepcionista	CR	Ensino Fundamental Completo	40	920,84	18,35
	Visitador *	CR	Curso Normal (Magistério) em nível de Ensino Médio.	40	1.184,00	36,70
	Auxiliar de Serviços Gerais	CR	Ensino Fundamental Incompleto	44	784,26	18,35
2	Eletricista	01	Ensino Fundamental Incompleto	44	1.648,20	18,35
Grupo 3	Jardineiro	01	Ensino Fundamental Incompleto	44	1.077,67	18,35
Gr	Merendeira	CR	Ensino Fundamental Completo	44	920,84	18,35
	Motorista	01	Ensino Fundamental Incompleto – 4ª série e CNH categoria D	44	1.184,00	18,35
	Servente	02	Ensino Fundamental Incompleto	44	1.077,67	18,35
	Médico Clínico Geral **	03	Curso Superior Completo em Medicina e registro definitivo em vigor no CREMERS	40	8.519,39	55,04
Grupo 3	Médico Gineco/Obstetra	01	Curso Superior Completo em Medicina, Especialização em Gineco/Obstetra e registro definitivo em vigor no CREMERS	20	9.978,41	55,04
g	Psicólogo	CR	Curso Superior Completo em Psicologia e registro definitivo em vigor no CRP/RS	40	3.815,05	55,04
	Técnico em Enfermagem	02	Ensino Médio - Técnico em Enfermagem e registro definitivo em vigor no COREN/RS	40	1.578,63	36,70



	T					
	Auxiliar de Ensino	02	Ensino Médio Completo	44	1.038,23	36,70
	Educador Especial	01	Licenciatura Plena em Educação Especial	20	1.830,90	55,04
Grupo 4	Educador Físico	01	Bacharelado em Educação Física, registro definitivo em vigor no CREF2/RS e Carteira Nacional de Habilitação - Categoria B.	40	3.815,05	55,04
. 0	Educador Físico	01	Bacharelado em Educação Física, registro definitivo em vigor no CREF2/RS e Carteira Nacional de Habilitação - Categoria B.	20	1.907,52	55,04
	Instrutor de Informática	01	Ensino Médio - Técnico em Informática	20	1.184,00	36,70
	Professor Anos Iniciais do Ensino Fundamental	CR	Curso Normal (Magistério)	22	1.055,12	36,70
	Professor de Educação Artística	01	Licenciatura Plena em Educação Artística	22	1.315,53	55,04
po 5	Professor de Educação Física	01	Licenciatura Plena em Educação Fisica	22	1.315,53	55,04
Grupo	Professor de Educação Infantil	CR	Curso Normal (Magistério)	22	1.055,12	36,70
	Professor de Matemática	CR	Licenciatura Plena em Matemática	22	1.315,53	55,04
	Professor de Português	01	Curso Letras - Licenciatura Plena em Língua Portuguesa/Inglesa	22	1.315,53	55,04

Observações:

CR = cadastro reserva

- * Para assumir o cargo de Visitador, os candidatos classificados no Concurso Público deverão passar por uma avaliação psicológica e ser considerados aptos para a função, bem como deverão participar, com freqüência mínima de 75%, de curso de capacitação com duração de 60 (sessenta) horas, ambos realizados pelo Município, após o término do Concurso Público.
- ** Será pago uma gratificação adicional no valor de R\$ 3.071,72 para o médico com atuação em ESF Estratégia de Saúde da Família.

2 – SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:

As sínteses das atribuições de cada cargo deste Concurso Público constam no Anexo I deste Edital.

3 – DA DIVULGAÇÃO:

A divulgação oficial de todas as etapas deste Concurso Público se dará em forma de Editais publicados nos seguintes locais:

- 3.1 No mural da Prefeitura Municipal, situada à Av. Presidente Tancredo Neves, n°965, Tapera RS.
- 3.2 Na internet, nos *sites* www.premierconcursos.com.br e www.tapera.rs.gov.br (em caráter meramente informativo).

É de responsabilidade exclusiva do candidato o acompanhamento das etapas deste Concurso Público através dos meios de divulgação acima citados.

4 - DAS INSCRIÇÕES:

4.1 – Período, horário e local:

As inscrições deverão ser realizadas através do acesso ao link específico para este fim, disponibilizado na internet, no site www.premierconcursos.com.br, no período de 11 a 28 de maio de 2015, a qualquer hora, desde que feita impreterivelmente até às 23h e 59min do último dia das inscrições. Após este prazo as inscrições não serão mais aceitas.

4.2 - Procedimento de inscrição:



- 4.2.1 Para inscrever-se o candidato deverá preencher formulário específico, que deverá ser acessado pela internet, no site www.premierconcursos.com.br. O candidato deverá preencher o formulário, imprimir o boleto e recolher o valor da taxa de inscrição em qualquer agência bancária, somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidas para o Concurso. Salvo se cancelada a realização do Concurso, não haverá, em nenhuma outra hipótese, devolução do valor da inscrição, mesmo que o candidato, por qualquer motivo, tenha efetuado pagamento em duplicidade ou que tenha sua inscrição não homologada.
- 4.2.2 O boleto pago servirá de comprovante de inscrição, sendo imprescindível sua apresentação no dia da realização da Prova Escrita, assim como do original do documento de identidade, conforme item 5.1.3.2 deste Edital.
- 4.2.3 Caso o candidato seja portador de deficiência física, deverá enviar via SEDEX, atestado médico em receituário próprio, especificando claramente a deficiência, nos termos da Classificação Internacional de Doenças (CID), à Comissão de Concurso até o último dia de inscrições, endereçado a Premier Concursos, A/C Banca Examinadora, Avenida Mauá, nº 2011, cj 806, Centro, Porto Alegre, RS, CEP 90.030-080, assim como deverá assinalar no formulário de inscrição o campo específico para este fim.
- 4.2.4 As inscrições poderão ser realizadas por terceiros, não se exigindo procuração, sendo que as informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato.
- 4.2.5 O Município de Tapera e a Premier Concursos não se responsabilizam pelas inscrições realizadas através da Internet que não forem recebidas por motivos de ordem técnica alheias ao seu âmbito de atuação, tais como falhas de telecomunicações, falhas nos computadores, nos provedores de acesso e quaisquer outros fatores exógenos que impossibilitem a correta transferência dos dados dos candidatos para a Organizadora do Concurso.

4.3 - Condições de inscrição:

- 4.3.1 O candidato é o responsável pelas informações prestadas, sendo que após a confirmação dos dados não conseguirá alterá-los. A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes disposições (cuja ciência deverá ser assinalada ao final do formulário de inscrição) e a tácita aceitação das condições do Concurso, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do concurso, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
- 4.3.2 O candidato somente poderá se inscrever para um dos cargos previstos neste Edital, pois as provas poderão ocorrer na mesma data e horário.
- 4.3.3 Ser brasileiro nato ou naturalizado, com idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da nomeação.
- 4.3.4 Ter grau de escolaridade conforme exigido para o cargo na data da nomeação;
- 4.3.5 Ficam advertidos os candidatos habilitados e classificados, de que em caso de nomeação, a posse no cargo só lhes será deferida se exibirem a documentação comprobatória das condições previstas no item 10.7 do presente Edital, no momento da nomeação.
- 4.3.6 As inscrições pagas com cheques sem a devida provisão de fundos serão automaticamente canceladas.
- 4.3.7 Não serão aceitas inscrições condicionais, por correspondência, fac-símile (fax) ou por qualquer outro meio eletrônico, feitas através de transferências, depósitos, etc.
- 4.3.8 Não serão aceitas inscrições fora do prazo estabelecido neste edital.
- 4.3.9 O candidato somente estará regularmente inscrito se tiver sua inscrição homologada, a partir da confirmação do pagamento da taxa de inscrição com a devida compensação pela instituição bancária, devendo o candidato verificar se sua inscrição foi devidamente homologada através do edital de homologação das inscrições.
- 4.3.10 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto ao cargo pretendido e/ou quanto à identificação do candidato, sendo de total responsabilidade do mesmo a escolha do cargo e a digitação dos seus dados pessoais, não sendo possível alteração posterior da opção.
- 4.3.11 O candidato com inscrição não homologada tem prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data de publicação do Edital homologatório, para sanar as razões da não-homologação. Não sanadas as razões da não-homologação ou persistindo o motivo determinante da não aceitação da inscrição no prazo fixado, o candidato terá sua inscrição indeferida definitivamente.



4.3.12 – O candidato inscrito ficará sujeito às exigências do concurso, não lhe assistindo direito a ressarcimento de prejuízos decorrentes de insucessos nas provas ou não aproveitamento no Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Tapera.

4.4 - Das vagas destinadas aos candidatos portadores de deficiência:

- 4.4.1 É assegurado o direito de inscrição às pessoas portadoras de deficiência, nos termos da Legislação vigente, observada a compatibilidade do cargo com a deficiência de que são portadores, devendo esta deficiência ser comprovada com atestado médico nos termos da Classificação Internacional de Doenças (CID).
- 4.4.2 Às pessoas portadoras de necessidades especiais, é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 05% (cinco por cento) das vagas para cada cargo, do total das vagas oferecidas, nos termos do art. 37, § 1º do Decreto n° 3.298, de 20 de dezembr o de 1999.
- 4.4.2.1 Quando o número de vagas resultar em fração, o arredondamento será feito para o número inteiro superior, em caso de fração igual ou maior que 0,5, ou para o número inteiro inferior, em caso de fração menor que 0,5
- 4.4.3 O candidato que necessitar de condições especiais para a realização da prova, deverá marcar item específico no formulário de inscrição e a empresa responsável pelo Concurso analisará a viabilidade de atendimento à solicitação. As solicitações de condições especiais serão atendidas, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 4.4.4 O candidato com deficiência, que não realizar a inscrição, de acordo com o disposto no item 4.2.3, não concorrerá à reserva de vagas para pessoas com deficiência e não receberá atendimento especial, não cabendo a interposição de recurso em favor da situação.
- 4.4.5 Os candidatos portadores de deficiência participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere a conteúdo, avaliação, duração, local e horário de realização da prova.
- 4.4.6 Não ocorrendo a aprovação de candidatos portadores de deficiência para preenchimento das vagas previstas, estas serão preenchidas pelos demais aprovados.
- 4.4.7 Caso o candidato seja portador de deficiência física, deverá enviar via SEDEX, Laudo médico original e expedido no prazo de 60 (sessenta) dias antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da prova, informando também o seu nome, documento de identidade (RG) e cargo pretendido, à Comissão de Concurso até o último dia de inscrições, endereçado a Premier Concursos, A/C Banca Examinadora, Avenida Mauá, nº 2011, cj 806, Centro, Porto Alegre, RS, CEP 90.030-080, assim como deverá assinalar no formulário de inscrição o campo específico para este fim.
- 4.4.8 Serão indeferidas as inscrições na condição especial de portador de deficiência física, dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital o respectivo laudo médico.
- 4.4.9 Aos deficientes visuais (cegos), serão oferecidas provas no sistema Braile e suas respostas deverão ser transcritas também em Braile. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo ainda, utilizar-se de soroban. Aos deficientes visuais (amblíopes) serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho e letra correspondente a corpo 24.
- 4.4.10 Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no presente Edital serão considerados como não portadores de deficiência física e não terão prova especial preparada, sejam quais forem os motivos alegados.
- 4.4.11 A publicação do resultado final do Concurso Público será feita em duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência física, e a segunda somente a pontuação destes últimos.

4.5 - Homologação das inscrições:

4.5.1 – A homologação das inscrições será divulgada no dia **04 de junho de 2015**, através de Edital, a ser afixado no painel de publicações da Prefeitura Municipal de Tapera e na internet, nos *sites* <u>www.premierconcursos.com.br</u> e <u>www.tapera.rs.gov.br</u>, contendo informações sobre as inscrições homologadas, relação das indeferidas e o motivo dos indeferimentos.



4.5.2 – É de inteira responsabilidade do candidato a conferência da inscrição na lista do edital de homologações. No caso de sua inscrição não ter sido homologada, o candidato deverá apresentar recurso no prazo estabelecido, a contar do dia subsequente ao da publicação do referido edital.

5 - DAS PROVAS:

Este Concurso Público constará de <u>Provas Escritas</u> (eliminatória e classificatória) para todos os cargos e <u>Prova Prática</u> (eliminatória) para os cargos de <u>Educador Físico</u>, <u>Eletricista</u>, <u>Jardineiro e Motorista</u>; e <u>Prova de Títulos</u> (classificatória) para os cargos de <u>Professor Anos Iniciais do Ensino Fundamental</u>, <u>Professor de Educação Artística</u>, <u>Professor de Educação Física</u>, <u>Professor de Educação Infantil</u>, <u>Professor de Matemática e Professor de Português</u>.

5.1 - Da Prova Escrita:

A prova escrita será eliminatória e classificatória e valerá 100 (cem) pontos, distribuídos em 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha, com cinco alternativas, das quais se considerará correta apenas uma.

Estará aprovado na Prova Escrita o candidato que obtiver pelo menos 50 (cinquenta) pontos ou mais em sua prova.

5.1.1 - Data, horário e local da Prova Escrita:

As provas para o Concurso Público Municipal serão realizadas em data, horário e local a serem divulgados no Edital de Homologação das Inscrições.

5.1.2 – Conteúdos da Prova Escrita:

Os Programas e Referências Bibliográficas que serão utilizados na elaboração das Provas Escritas constam no **Anexo II**.

A Prova Escrita versará sobre as seguintes disciplinas:

5.1.2.1 - GRUPO 1 - Para os cargos de Agente de Trânsito e Sinistros, Arquiteto, Auxiliar de Administração, Fiscal Municipal, Recepcionista e Visitador:

Disciplina	N°Pontos	Nº Questões
Língua Portuguesa	20 pontos	08 questões
Informática	20 pontos	08 questões
Legislação e Conhecimentos Específicos	60 pontos	24 questões
Total	100 pontos	40 questões

5.1.2.2 – GRUPO 2 - Para os cargos de Auxiliar de Serviços Gerais, Eletricista, Jardineiro, Merendeira, Motorista e Servente:

Disciplina	N°Pontos	Nº Questões
Língua Portuguesa	20 pontos	08 questões
Matemática	15 pontos	06 questões
Conhecimentos Gerais	15 pontos	06 questões
Legislação e Conhecimentos Específicos	50 pontos	20 questões
Total	100 pontos	40 questões

5.1.2.3 – GRUPO 3 - Para os cargos de Médico Clínico Geral, Médico Ginecologista/Obstetra, Psicólogo e Técnico em Enfermagem:

Disciplina	N° Pontos	Nº Questões
Língua Portuguesa	20 pontos	08 questões
Legislação e Conhecimentos Específicos	80 pontos	32 questões
Total	100 pontos	40 questões

5.1.2.4 – GRUPO 4 - Para os cargos de Auxiliar de Ensino, Educador Especial, Educador Físico e Instrutor de Informática:

Disciplina	N°Pontos	Nº Questões
Língua Portuguesa	20 pontos	08 questões
Fundamentos em Educação	15 pontos	06 questões
Informática	15 pontos	06 questões
Legislação e Conhecimentos Específicos	50 pontos	20 questões
Total	100 pontos	40 questões



5.1.2.5 – GRUPO 5 - Para os cargos de Professor Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Professor de Educação Artística, Professor de Educação Física, Professor de Educação Infantil, Professor de Matemática e Professor de Português:

Disciplina	N°Pontos	Nº Questões
Língua Portuguesa	20 pontos	08 questões
Fundamentos em Educação/ Didática	20 pontos	08 questões
Legislação e Conhecimentos Específicos	60 pontos	24 questões
Total	100 pontos	40 questões

5.1.3 – Da realização da Prova Escrita:

- 5.1.3.1 O candidato deverá comparecer ao local determinado para a realização das provas, <u>com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o início das mesmas</u>, munido do comprovante de inscrição, documento de identidade com foto (original) e caneta esferográfica azul ou preta.
- 5.1.3.2 Serão considerados documentos de Identidade: Carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelos Institutos de Identificação, carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordem, Conselho, etc), passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação, desde que com foto. O documento deverá estar legível, não podendo estar danificado.
- 5.1.3.3 Não haverá prova fora do local designado, nem em datas e/ou horários diferentes.
- 5.1.3.4 Será proibido o acesso ao local de realização das provas aos candidatos que se apresentarem em horário diferente do estabelecido para o seu início, seja qual for o motivo alegado. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada.
- 5.1.3.5 Durante a prova, não será permitido o uso de corretivos de nenhuma espécie. Não será permitida também qualquer espécie de consulta, ou comunicação entre os candidatos, nem posse ou uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (*bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares, óculos escuros, bonés, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- 5.1.3.6 Será excluído do Concurso Público quem:
- a) Não apresentar o documento de identidade exigido;
- b) Recusar-se a realizar a prova;
- c) Apresentar-se após o horário estabelecido para o início da prova e/ou faltar à prova, ainda que por motivo de força maior;
- d) Não devolver, integralmente, o material recebido (prova e grade);
- e) Estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico, como "bip", telefone celular, calculadora, "walkman" ou similares, <u>neste item cabe mencionar que se o candidato portar qualquer equipamento que emita qualquer tipo de ruído e/ou vibração durante a realização das provas o mesmo será imediatamente eliminado do certame;</u>
- f) Estiver utilizando ou de posse de qualquer tipo de bibliografia, anotações, impressos ou equipamentos não autorizados:
- g) For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, bem como se utilizando consultas não permitidas;
- h) Utilizar-se de quaisquer recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer etapa da sua realização;
- i) Ausentar-se da sala, durante as provas, a não ser momentaneamente, em casos especiais, e acompanhados do fiscal da sala;
- i) Portar-se inconvenientemente, perturbando de qualquer forma o andamento dos trabalhos;
- k) Tiver atitude de desacato, desrespeito ou descortesia para com as pessoas encarregadas do Concurso Público ou autoridade presente.
- 5.1.3.7 Em qualquer uma das hipóteses previstas no item 5.1.3.6, será lavrado um "Auto de Apreensão da Prova e Exclusão do Candidato", onde constará o fato ocorrido, devendo ser o mesmo assinado, no mínimo, por dois membros da Comissão de Aplicação e Fiscalização e da Comissão Executiva do Concurso, sendo o candidato considerado automaticamente Reprovado e Eliminado do Concurso. Quando, após as provas, for constatado, por qualquer meio, eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, que o



candidato utilizou-se de processos ilícitos, suas provas serão anuladas e o mesmo será automaticamente eliminado do Concurso.

- 5.1.3.8 Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato, ou pessoas estranhas ao concurso público, nas dependências do local onde forem aplicadas as provas. A candidata que necessitar amamentar durante a realização das provas deverá prover acompanhante que permanecerá em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.
- 5.1.3.9 A duração máxima da Prova Escrita será de 3 (três) horas.
- 5.1.3.10 O candidato somente poderá se retirar do recinto das Provas Escritas depois de transcorrida 01 (uma) hora do início das mesmas.
- 5.1.3.11 Ao terminar a prova escrita, o candidato deverá devolver ao fiscal seu caderno de questões e sua grade de respostas.
- 5.1.3.12 Os dois últimos candidatos a terminarem a prova escrita (em cada uma das salas) deverão rubricar, juntamente com os fiscais, o lacre dos envelopes dos cadernos de questões e das grades de resposta, assim como também assinar a Ata de Aplicação das Provas Escritas.
- 5.1.3.13 Se houver interesse, os candidatos poderão copiar as respostas assinaladas, no rodapé da folha de rosto do caderno de questões no local apropriado, para conferir com o gabarito.
- 5.1.3.14 As respostas das questões serão assinaladas com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, na letra da alternativa considerada correta, na grade de respostas, fornecida para este fim.
- 5.1.3.15 A grade de respostas será o único documento considerado para a atribuição de pontos.
- 5.1.3.16 Em nenhuma hipótese o caderno de questões será considerado, para a pontuação do candidato.
- 5.1.3.17 Não serão computadas as questões objetivas não assinaladas (em branco) na grade de respostas, assim como as questões que contenham mais de uma alternativa assinalada para a mesma questão, que contenha emenda, rasura e/ou alternativa marcada à lápis, ainda que legíveis.
- 5.1.3.18 O candidato assume plena e total responsabilidade pelo correto preenchimento da grade de respostas e pela sua integridade e, em nenhuma hipótese haverá substituição da mesma, salvo em caso de defeito de impressão.
- 5.1.3.19 As grades de respostas de todos os candidatos serão corrigidas por meio de processamento eletrônico.
- 5.1.3.20 Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais não serão fornecidas cópias das provas aos candidatos, mesmo após o encerramento do concurso.

5.2 - Da Prova Prática:

- 5.2.1 A Prova Prática será realizada apenas pelos candidatos aprovados na prova escrita para os cargos de **Educador Físico, Eletricista, Jardineiro e Motorista**, de acordo com as instruções abaixo:
- 5.2.2 A prova prática será eliminatória e valerá 100 (cem) pontos, sendo que o candidato deve obter pelo menos 50 (cinqüenta) pontos para ser aprovado. O dia, local e horário serão divulgados por edital.
- 5.2.3 O candidato deverá comparecer, obrigatoriamente, ao local designado para a Prova Prática, com 30 (trinta) minutos de antecedência do horário agendado, portando carteira de habilitação, para os candidatos ao cargo de **Motorista**, e documento de identidade, para os cargos de **Educador Físico**, **Eletricista e Jardineiro**; ambos em bom estado de conservação.
- 5.2.4 O candidato não poderá alegar desconhecimento do local de realização das provas como justificativa de ausência. O não comparecimento por qualquer motivo será considerado como desistência do candidato, resultando em sua eliminação do Concurso Público. Igual sanção será aplicada ao candidato que chegar após o fechamento dos portões.
- 5.2.5 Assinada a lista de presença, o candidato deverá permanecer no local e aguardar a orientação da Comissão do Concurso.
- 5.2.6 A Prova Prática será realizada apenas pelos candidatos que forem aprovados na prova escrita, até a décima quinta colocação. Os candidatos empatados nessa colocação também realizarão as Provas Práticas. Os candidatos da décima sexta colocação (inclusive) em diante estarão automaticamente eliminados do concurso. Para apuração da colocação do candidato, no tocante a convocação para as provas práticas, serão utilizados os critérios do item 9 deste edital.



- 5.2.7 Será valorizada a capacidade teórica-prática do candidato, que deverá responder a questões e realizar tarefas sob a orientação dos avaliadores. Na prova prática para o cargo de **Educador Físico** será solicitado que os candidatos apresentem uma coreografia para ser trabalhada com grupo de adolescentes e idosos. Para os candidatos ao cargo de **Eletricista**, será solicitado que façam uma instalação elétrica Na prova prática para o cargo de **Jardineiro** será solicitado ajardinamento de uma área determinada. Na prova para **Motorista**, os candidatos deverão manobrar e dirigir um caminhão caçamba e/ou ônibus pelas vias municipais. As tarefas propostas acima poderão sofrer alterações, a critério da Banca Examinadora, caso ocorram motivos excepcionais.
- 5.2.8 Nas provas que exigirem o emprego de equipamentos de elevado valor, pertencentes ou sob a responsabilidade do Município, poderá ser procedida, a critério do avaliador, a imediata exclusão do candidato que demonstre não possuir a necessária capacidade no seu manejo, sem risco de danificá-los.
- 5.2.9 Haverá um tempo máximo para a realização de cada item da prova, que será fixado pela Banca Examinadora, considerando a dificuldade e demais aspectos necessários para o desempenho satisfatório dos testes, por parte dos candidatos.
- 5.2.10 Os candidatos serão liberados somente após a realização de sua prova. Portanto, os candidatos devem vir preparados para passar até mesmo o dia inteiro no local, sem qualquer tipo de comunicação externa.
- 5.2.11 No local da prova prática, não serão permitidos nenhum tipo de consulta, uso de equipamentos de rádio do tipo "walk-man" ou similar e de telefones celulares.

5.3 – A Prova de Títulos:

A Prova de Títulos será de caráter classificatório, sendo valorizada de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos, sendo avaliados somente títulos da área de formação específica ou relacionada ao cargo, conforme os seguintes critérios:

Titulo	Pontos	Máximo de pontos	
I – Cursos específicos			
a) Especialização	3,00		
b) Mestrado	7,00	10,00	
c) Doutorado	10,00		
II – Participação em cursos, jornadas, encontros, seminários, congressos, fórum e simpósios.			
a) de 40 a 69 h	0,50		
b) de 70h a 99h	1,00	10.00	
c) de 100h a 129h	1,50	10,00	
d) de 130h ou mais	2,00		
Total	-	20,00	

Observações referentes ao ITEM I DA TABELA ACIMA:

- a) Serão pontuados somente os diplomas ou certificados que estiverem relacionados à área de atuação.
- b) Será avaliado, por candidato, apenas 01 (um) título para Doutorado, 01 (um) título para Mestrado, ou de 01 a 02 (um a dois) para a Especialização, tendo em vista que o item 1 da Prova de Títulos terá a pontuação máxima de 10 (dez) pontos. Os títulos deverão ter a seguinte definição: diploma ou certificado. Não serão aceitos atestados, atestados de matrícula ou declarações de conclusão do curso. Os cursos serão pontuados, apenas, mediante a apresentação do diploma ou do certificado de conclusão.
- c) Os diplomas ou certificados referentes aos **Cursos Específicos**, serão pontuados apenas no item 1 da tabela acima.

Observações referentes ao ITEM II DA TABELA ACIMA:

a) Serão pontuados somente os <u>certificados</u> ou <u>atestados</u> que <u>estiverem relacionados à área de atuação ou</u> à educação.



- b) Serão avaliados apenas 02 (dois) títulos para cada uma das letras (a, b, c, d) do item 2 da tabela acima, sendo considerados válidos somente os títulos datados desde 1° de janeiro de 2010, respeitando o máximo de 10 (dez) pontos permitidos para o item. Os títulos deverão ter a seguinte definição: certificado ou atestado.
- c) As cargas horárias dos títulos não poderão ser somadas para obtenção de pontuação maior (exemplo: somar 10 títulos de 4 horas cada, para obter pontuação referente a título de 40 horas).
- d) Não serão pontuados certificados ou atestados de atividades, em que o candidato atuou como: estagiário, monitor, na apresentação de trabalhos, na participação em projeto de pesquisa, como palestrante, docente, como organizador ou membro da organização de eventos. Não serão pontuados tempo de serviço, cursos de informática (exceto informática voltada para a educação) e de língua estrangeira.
- e) O título que tiver a carga horária expressa em dias ou meses, será pontuado conforme os seguintes critérios: 01 (um) dia igual a 04 (quatro) horas e 01 (um) mês igual a 80 (oitenta) horas.
- f) Os certificados ou atestados referentes a cursos EAD, serão pontuados se tiverem o registro de órgãos ou instituições legalmente registrados nos sistemas educacionais.

5.3.1- Das orientações para a entrega dos títulos:

- 5.3.1.1 <u>Data para entrega dos títulos:</u> os candidatos deverão entregar, em dia, local e horário a serem divulgados no Edital de Divulgação da Homologação do Resultado das Provas Escritas, fotocópia dos títulos (frente e verso) acompanhados dos originais para serem autenticados no momento da entrega.
- 5.3.1.2 Juntamente com as fotocópias o candidato deverá apresentar (em duas vias) uma relação dos mesmos constando: nome do candidato, número da inscrição, cargo pretendido e a relação numerada dos títulos, especificando título do evento e carga horária, conforme o **Anexo IV**. As duas vias serão rubricadas pela pessoa que recebeu os títulos. Uma das cópias ficará com o candidato como comprovante de entrega, e a outra será entregue junto com os títulos.
- 5.3.1.3 Certificados sem carga horária definida não receberão pontuação.
- 5.3.1.4 Os documentos comprobatórios de títulos não podem apresentar rasuras, emendas e entrelinhas.
- 5.3.1.5 O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não receber pontuação nos títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.
- 5.3.1.6 Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de mais de uma cópia de um mesmo título, com o fim de obter dupla pontuação, será anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do concurso.

6 – DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:

- 6.1 O **Gabarito Oficial** será divulgado a partir das 14 horas do primeiro dia útil subseqüente ao da aplicação das Provas Escritas, conforme item 3 deste Edital.
- 6.2 As datas de divulgação dos demais **resultados serão marcadas posteriormente**, conforme o item 3 deste Edital
- 6.3 Os **resultados das análises dos pedidos de recurso** deste Concurso Público serão divulgados, conforme o item 3 deste Edital, sempre no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do primeiro dia útil, subseqüente ao do término do prazo do respectivo pedido.
- 6.4 Se houver necessidade de **sorteio** para desempate de dois ou mais candidatos, o mesmo será realizado, em data e local a serem divulgados posteriormente.
- 6.5 Os **resultados finais** deste Concurso Público serão divulgados, conforme o item 3 deste Edital, tão logo terminem todos os prazos definidos neste edital.

7 - DO PRAZO PARA RECURSOS:

- 7.1 O candidato poderá interpor recurso referente:
- 7.1.1 Às **Inscrições não-homologadas**, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação do Edital de Homologação das Inscrições.
- 7.1.2 Ao **Gabarito Oficial e às Questões Objetivas**, no prazo de 03 (três) dias úteis após a publicação do Edital e Divulgação do Gabarito Oficial.



- 7.1.3 Aos **Resultados das Provas Escritas**, no prazo de 03 (três) dias úteis após a publicação do Edital do Resultado das Provas Escritas.
- 7.1.4 **Ao Resultado da Prova Prática**, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação do Edital de Resultado da Prova Prática.
- 7.1.5 **Ao Resultado da Prova de Títulos**, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação do Edital de Resultado da Prova de Títulos.
- 7.2 Os Recursos deverão ser dirigidos à Banca Examinadora do Concurso Público, mediante requerimento encaminhado através de protocolo, que deverá ser realizado na sede da Prefeitura Municipal, (utilizar o formulário do **Anexo III**), contendo:
- a) Nome completo e número de inscrição do candidato;
- b) Indicação do Concurso Público e cargo a que concorre;
- c) Indicação da matéria da prova e/ou das questões envolvidas:
- d) Objeto do pedido e exposição de argumento com fundamentação circunstanciada.
- 7.3 Não serão considerados os pedidos de revisão formulados fora do prazo e/ou que não contenham os dados do subitem 7.2 deste edital.
- 7.4 Não serão aceitos pedidos de revisão interpostos por fac-símile (fax), telegrama, internet, ou por qualquer outro meio que não o especificado neste edital.
- 7.5 Durante o prazo para Recurso referente ao subitem 7.1.2, será dada ao candidato, vista das provaspadrão, sob fiscalização, e não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das provas, seja por meio fotográfico ou xerográfico.
- 7.6 Fica expressamente vedado aos candidatos, no recinto de vistas das provas-padrão e durante o processamento deste trabalho, estabelecerem discussões orais em torno das questões ou critérios de correção e julgamento, bem como formularem reclamações sobre tais assuntos aos servidores encarregados do aludido serviço.
- 7.6 Somente serão deferidos os pedidos de revisão que comprovarem que houve erro da Banca Examinadora e/ou atribuições de notas diferentes para soluções iguais.
- 7.7 Os pontos relativos à questão eventualmente anulada pela Banca Examinadora do Concurso, serão atribuídos a todos os candidatos que realizaram a mesma prova. No caso de haver alteração no Gabarito Oficial, todas as grades de respostas serão novamente corrigidas de acordo com o Gabarito Oficial definitivo.

8 – DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

- 8.1 Será considerado APROVADO no Concurso Público, o candidato que obtiver 50 (cinqüenta) pontos ou mais na Prova Escrita para todos os cargos, com exceção dos cargos com Prova Prática, que deverão obter também 50 (cinqüenta) pontos ou mais na prova prática.
- 8.2 Serão classificados somente os candidatos aprovados e a respectiva classificação observará a ordem numérica decrescente da pontuação individualmente alcançada, considerando-se classificado em 1º lugar o candidato que obtiver maior soma de pontos e, nesta ordem, os candidatos serão convocados para ingresso no Quadro Geral de Servidores da Prefeitura Municipal de Tapera.
- 8.3 A aprovação no Concurso Público não assegura ao candidato a convocação imediata, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes, ficando a concretização deste ato condicionada à necessidade e possibilidade do Município de Tapera.
- 8.4 A pontuação final dos candidatos:
- 8.4.1 Para os cargos de **Educador Físico**, **Eletricista**, **Jardineiro e Motorista** será igual à média ponderada da pontuação obtida na Prova Escrita e na Prova Prática, sendo que a Prova Escrita terá peso 01 (um) e a Prova Prática terá peso 02 (dois). Equação para cálculo da pontuação final: Pontuação Final = ((PPE x 1) + (PPP x 2)) / 3, onde: PPE: Pontuação Prova Escrita e PPP: Pontuação Prova Prática.
- 8.4.2 Para os cargos de **Professor Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Professor de Educação Artística, Professor de Educação Física, Professor de Educação Infantil, Professor de Matemática e Professor de Português,** será igual à soma dos pontos obtidos na Prova Escrita e na Prova de Títulos. 8.4.3 Para os **demais cargos**: será igual à soma dos pontos obtidos na Prova Escrita.

9 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

Em caso de EMPATE na classificação, terá preferência o candidato que tiver:



- a) Maior idade, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 27, da Lei n.º 10.741/03 Estatuto do Idoso;
- b) Maior nota na Prova de Conhecimentos Específicos e Legislação;
- c) Maior nota na Prova de Fundamentos em Educação/Didática (quando houver);
- d) Maior nota na Prova de Língua Portuguesa;
- e) Maior nota na prova de Matemática (quando houver);
- f) Maior nota na Prova Prática (quando houver);
- g) Maior nota na Prova de Títulos (quando houver);
- h) Maior idade;
- i) Sorteio Público.

10 - DO PROVIMENTO DOS CARGOS:

- 10.1 O provimento dos cargos obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.
- 10.2 O candidato aprovado obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Tapera RS.
- 10.3 O candidato aprovado será convocado através de edital, tendo o prazo de 10 (dez) dias para se apresentar, declarando se tem interesse ou não em assumir o respectivo cargo. O candidato nomeado terá o prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse, contados da publicação do ato de provimento. Caso não ocorra a posse, o candidato perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.
- 10.4 O candidato que não desejar assumir de imediato poderá, mediante requerimento próprio, solicitar postergação, para passar para o final da lista dos aprovados, para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do Concurso Público, a novo chamamento.
- 10.5 O candidato que não aceitar assumir o cargo, quando chamado pela segunda vez, será eliminado do Concurso Público.
- 10.6 O Concurso Público em questão tem validade de 02 (dois) anos a partir da data de homologação dos resultados finais, podendo ser prorrogado por mais 02 (dois) anos, a critério da Administração do Município de Tapera.
- 10.7 Ficam advertidos os candidatos habilitados e classificados, de que, no caso de nomeação, a posse no cargo só lhes será deferida se exibirem provas de:
- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou ter nacionalidade portuguesa (neste caso deverá estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, nos termos do § 1º, do art. 12, da Constituição Federal);
- b) possuir a idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da posse.
- c) Possuir escolaridade e exigências mínimas exigidas em cada cargo, inclusive com registro em vigor no órgão de classe, conforme o quadro do item 1 deste edital (quando for o caso), na data da posse;
- d) possuir carteira nacional de habilitação categoria D, na data da prova prática (somente para o cargo de Motorista);
- e) apresentar capacidade física, para o cargo de Agente de Trânsito e Sinistros;
- f) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- g) estar em dia com as obrigações militares (para os candidatos do sexo masculino);
- h) alvará de folha corrida;
- i) apresentar, no caso de deficiente físico, atestado médico da deficiência de que é portador;
- j) estar em gozo dos direitos civis e políticos;
- k) ser considerado apto pelo Serviço de Inspeção Médica Oficial do Município designado pela administração do Município de Tapera;
- I) declaração negativa de acumulação de cargo público;
- m) declaração de bens.
- 10.8 A não apresentação dos documentos acima na ocasião da posse, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes de sua inscrição no Concurso Público.

11 - DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1 – É vedado aos candidatos a anexação de documentos após os prazos especificados.



- 11.2 A inaptidão das afirmativas ou irregularidades de documentação, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do Concurso Público, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.
- 11.3 Os casos não previstos, no que tange à realização deste Concurso Público, serão resolvidos pela Administração do Município de Tapera, em conjunto com a PREMIER Concursos Ltda, empresa responsável pela elaboração do Concurso Público.
- 11.4 Qualquer irregularidade ou ilegalidade eventualmente ocorrida neste Concurso Público poderá ser denunciada ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado.
- 11.5 Os itens do Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

11.6 – Faz parte do presente Edital:

Anexo I – Síntese das atribuições dos cargos.

Anexo II - Programas e referências bibliográficas.

Anexo III – Formulário para entrega de recursos.

Anexo IV – Formulário para entrega de títulos.

Tapera, 08 de maio de 2015.

IRENEU ORTH Prefeito Municipal



CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2015 EDITAL N.º 046/2015

ANEXO I SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO: AGENTE DE TRÂNSITO E SINISTROS

DESCRIMINAÇÃO SINTÉTICA DA FUNÇÃO: Desenvolver ações, junto a população, nas questões de prevenção e combate a incêndios; atuar em questões que envolvam a defesa civil nas situações de risco; exercer a fiscalização de trânsito nos termos legais, orientar, sugerir, autuar pedestres e condutores de veículos, no âmbito municipal, de acordo com as normas do Código de Trânsito Brasileiro.

DESCRIMINAÇÃO ANALÍTICA DA FUNÇÃO: Desenvolver ações educativas e de fiscalização nas questões de risco quer seja de acidentes ou de incêndios; atuar no combate a incêndios usando os meios disponíveis no Município; participar junto a defesa civil nas ações preventivas de sinistros diversos e atuar nas situações emergenciais; executar a fiscalização de trânsito, nos termos da legislação federal pertinente, orientar pedestres e condutores de veículos, notificar os infratores, sugerir medidas de segurança relativas à circulação de veículos e de pedestres, bem como a concernente a sinalização de trânsito nas vias urbanas municipais, orientar ciclistas e condutores de animais, auxiliar no planejamento, na regulamentação e na operacionalização do trânsito, como ênfase à segurança. Fiscalizar o cumprimento em relação à sinalização de trânsito. Auxiliar na coleta de dados estatísticos e em estudos sobre circulação de veículos e pedestres. Lavrar as ocorrências de trânsito e quando for o caso, providenciar a remoção dos veículos infratores. Fiscalizar o cumprimento das normas gerais de trânsito e relacionadas aos estacionamentos e paradas de ônibus, táxis, ambulâncias e veículos especiais. Participar de projetos de orientação, educação e segurança de trânsito, Vistoriar veículos, em questão de segurança, higiene, manutenção, carga, etc. Demais atividades afins, especialmente as contidas no art. 24, do Código Nacional de Trânsito, previsto na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, pertinentes à fiscalização, conduzir veículos da Administração Municipal, desde que devidamente habilitados e autorizados para tal ato pela chefia.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Outras: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, domingos e feriados, bem como o horário de trabalho, de acordo com a conveniência e necessidade, poderá ser submetido a regime de escala de plantão a critério da Administração Pública.

O candidato deverá ter perfeitas condições físicas a serem avaliadas por comissão nomeada pela Brigada Militar.

CARGO: ARQUITETO

SÍNTESE DOS DEVERES: Supervisão, coordenação e orientação técnica; estudo, planejamento, projeto e especificação; estudo de viabilidade técnica-econômica; assistência, assessoria e consultoria; direção de obra e serviço técnico; vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico; desempenho de cargo e função técnica; ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; extensão; elaboração de orçamento; padronização, mensuração e controle de qualidade; execução de obra e serviço técnico; fiscalização de obra e serviço técnico; produção técnica e especializada; condução de trabalho técnico; condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção; execução de instalação, montagem e reparo; operação e manutenção de equipamento e instalação; execução de desenho técnico; executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

SÍNTESE DOS DEVERES: Executar trabalhos administrativos de certa complexidade que requeiram alguma capacidade de julgamento, aplicando a legislação pertinente aos serviços municipais. Redigir e digitar expedientes administrativos, tais como: memorando, ofícios, informações, relatórios, etc; secretariar reuniões e lavrar atas; efetuar registros e cálculos relativos à área tributária, patrimonial, financeira, de pessoal, de contabilidade e outras; consultar, elaborar e manter atualizados fichários e arquivos; proceder a classificação, separação, arquivamento e distribuição de correspondências, jornais, revistas e demais expedientes; obter informações e fornecê-las aos interessados; atender ao público; auxiliar no trabalho de aperfeiçoamento e implantação de rotinas de trabalho; proceder na conferência dos serviços executados na área de sua competência; executar serviços burocráticos junto às diversas secretarias e estabelecimentos de ensino; executar atividades correlatas.



SÍNTESE DOS DEVERES: Orientar, supervisionar e exercer a fiscalização geral com respeito à aplicação das

CARGO: FISCAL MUNICIPAL

leis tributárias do município, bem como ao que se refere a fiscalização especializada; realizar tarefas burocráticas desde aquelas que envolvam cadastramentos, emissão de relatórios sobre a evolução da receita, emissão de certidões se estendendo as mais complexas como perícias, autos de infrações, intimações e embargos a fim de otimizar a fiscalização de tributos municipais. Realizar serviços de profilaxia e policiamento sanitário, inspeção dos estabelecimentos ligados a industrialização e comercialização de produtos alimentícios, condições de conservação e transporte, assim como dos imóveis utilizados dos estabelecimentos de ensino, saneamento e meio ambiente em geral, a fim de proteger a saúde da coletividade; ilustrativos e articular ações com as áreas técnica e administrativa nas áreas de: saúde e meio ambiente, agricultura e fazenda agilizando medidas de solução para atender as necessidades. Assessorar, supervisionar e executar atividades relacionadas à tributação, arrecadação, fiscalização e práticas correspondentes para cooperar no aperfeiçoamento e racionalização das normas e medidas fiscalizadoras; elaborar planos de fiscalização consultando documentos específicos e guiando-se pela legislação fiscal para racionalizar os trabalhos sob sua responsabilidade, estudando o sistema tributário municipal; proceder ao controle e avaliação dos planos de fiscalização acompanhando sua execução e analisando os resultados obtidos para julgar o grau de validade dos trabalhos; executar as tarefas de fiscalização de tributos da fazenda pública, inspecionando estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e demais entidades, examinando rótulos, faturas, selos de controle, notas fiscais e outros documentos para defender os interesses da fazenda pública e da economia popular; fiscalizar mercadorias em trânsito para evitar fraudes e irregularidades que prejudiquem o erário público; realizar busca de depósitos clandestinos e de mercadorias que apresentem indícios de irregularidades; fiscalizar sorteios, concursos, consórcios, venda e promessas de venda, de direitos e outras modalidades de captação de poupança, procedendo as necessárias verificações e sindicâncias, para defender a economia popular; autuar contribuintes em infração, instaurando processo administrativo fiscal e providenciar as respectivas notificações para assegurar o cumprimento das normas legais; manter-se informado a respeito da política de fiscalização, acompanhando as divulgações feitas em publicações oficiais e especializadas para difundir a legislação e proporcionar instruções atualizadas; buscar e apreender mercadorias estrangeiras; orientar o levantamento estatístico específico da área tributária; orientar o serviço de cadastro e realizar perícias; prolatar pareceres e informações sobre andamentos e processos fiscais; lavrar autos de infração, assinar intimações e embargo; organizar o cadastro fiscal; orientar o levantamento estatístico da área tributária; apresentar relatórios periódicos sobre a evolução da receita; realizar controle da divida ativa, procedendo inserção da mesma; realizar buscas de documentos para anexá-los em processos de cobranças; emitir certidões referentes a informações para fins de aposentadoria e averbação de imóveis; organizar cadastro de pessoa física e jurídica e manter controle da evolução da receita; acondicionar documentos em pastas específicas a fim de arquivá-las; estudar a legislação básica; integrar grupos operacionais e realizar outras tarefas semelhantes para suprir necessidades da área e fortalecer o sistema de arrecadação do município. Coordenar ou executar inspeção de fábricas de laticínios, massas, conservas ou de outros tipos de produtos alimentícios, além de estabelecimentos como: restaurantes, lanchonetes e similares, verificando as condições sanitárias de seus interiores, limpeza e equipamentos, refrigeração, suprimento de água, instalações sanitárias, veículos de transporte alimentícios e quesitos de aceite e saúde dos que manipulam alimentos para garantir a qualidade necessária a produção e distribuição de alimentos sadios; proceder a inspeção de imóveis novos e reformados verificando as condições sanitárias das áreas fluviais e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e janelas para opinar na concessão de "habite-se"; inspecionar depósitos de venenos e de embalagens vazias, orientando seu acondicionamento; atuar junto aos agentes causadores de poluição levantando dados com mapeamento dos locais, aplicando medidas cabíveis para a solução dos problemas; encaminhar cadastramento de fontes d'água, poços e poços artesianos (Caixa d'água) para possibilitar o controle e orientações, estabelecendo critérios de aproveitamento; providenciar coletas de amostras de água para encaminhá-las a exames laboratoriais e certificar-se dos padrões aceitáveis de qualidade e do consumo; elaborar pareceres descritivos e encaminhar ao setor responsável pela liberação e renovação de alvarás a fim de disciplinar normas e procedimentos para liberação e critérios de adequação de todas as esferas que envolvem a saúde pública; averiguar denúncias in loco juntamente com áreas específicas da municipalidade além de ater-se ao destino adequado de lixos e dejetos para melhorar as condições de saneamento do meio ambiente. Recolher lixo hospitalar; controlar zoonozes e vetores; executar tarefas correlatas.

CARGO: RECEPCIONISTA

SINTESE DOS DEVERES: Estabelecer contatos com o público, informando-o, orientando e solucionando pequenos problemas ou dificuldades que possam surgir; receber, informar e encaminhar o público aos órgãos competentes, orientar e informar o público, bem como solucionar pequenos problemas sobre assuntos de sua



alçada, controlar e fiscalizar a entrada e saída de público especialmente em locais de grande afluência, orientar, distribuir e verificar tarefas de guarda e limpeza nas repartições; responsabilizar-se pela fixação de avisos, ordens da repartição, receber e encaminhar as sugestões e reclamações das pessoas que atender, atender ao telefone, anotar e transmitir recados, preparar correspondências para o correio, datilografar pequenos expedientes, operar máquinas de xerox, executar tarefas afins.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

SÍNTESE DOS DEVERES: Atividades rotineiras, envolvendo a execução de trabalhos auxiliares de preparação de alimentos, limpeza em geral, jardinagem e serviços braçais em geral. Fazer trabalhos de limpeza nas diversas dependências dos edifícios públicos; limpar pisos, tapetes, lustres, móveis; instalações sanitárias, etc; recolher lixos e detritos; lavar em encerar assoalhos; lavar vestuários e roupas de cama e mesa, fazer arrumações em locais de trabalho, passar a ferro e fazer consertos em roupas lavadas, proceder a remoção e conservação de móveis, máquinas e materiais em geral; atender ao telefone, anotar e transmitir recados; preparar café, chá e similares e servi-los; auxiliar em qualquer tarefa de preparação de alimentos em geral; carregar e descarregar veículos em geral; transportar e arrumar mercadorias e materiais diversos; efetuar serviços de capina, de remoção de detritos e outros; varrer ruas, avenidas e quaisquer logradouros públicos; executar outros trabalhos de construção e conservação de vias; transportar instrumentos de topografia, transportar e elevar materiais de construção e de instalação de água e esgoto; proceder a limpeza de oficinas; fazer mudanças e auxiliar em tarefas de construção em geral; lavar veículos e máquinas em geral; executar tarefas afins.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Outras: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, domingos e feriados, bem como a realização dos trabalhos de limpeza antes ou depois do expediente das repartições.

CARGO: ELETRICISTA

SÍNTESE DOS DEVERES: Instalar e reparar linhas e cabos de transmissão; executar a manutenção preventiva e corretiva de máquinas, instalações e equipamentos elétricos, reparando ou substituindo peças ou conjuntos, testando e fazendo ajustes e regulagens convenientes com a ajuda de ferramentas e instrumentos de testes e medição para assegurar condições de funcionamento regular e permanente; fazer instalação de lâmpadas, campainhas e similares; executar tarefas afins.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Outras: O exercício do cargo poderá exigir prestação de serviços à noite, domingos e feriados.

CARGO: JARDINEIRO

SÍNTESE DOS DEVERES: Preparar a terra e sementeiras, adubando-as convenientemente; zelar pela limpeza de jardins coletando lixo e papéis; efetuar periodicamente o corte de grama; efetuar o plantio de plantas e folhagens e cuidar das mesmas; podar árvores ao redor dos prédios; aplicar fungicidas e inseticidas; efetuar a limpeza de sumidouros de água; ajudar em outros serviços semelhantes; executar tarefas afins.

CARGO: MERENDEIRA

SÍNTESE DOS DEVERES atividades rotineiras, envolvendo a execução de trabalhos relacionados com a cozinha. Executar trabalhos de cozinha relativos à preparação de alimentos, preparar refeições variadas em forno e fogão, exercer perfeita vigilância técnica sobre a condimentação e coação dos alimentos, verificar se os gêneros fornecidos para serem utilizados correspondem à quantidade e às especificações das refeições, manter livres de contaminação e deteriorização os víveres sob sua guarda, zelar para que o material e equipamento de cozinha estejam sempre em perfeitas condições de utilização, funcionamento, higiene e segurança, operar em fogões, aparelhos de preparação ou manipulação de gêneros alimentícios, aparelhos de aquecimento ou refrigeração e outras, elétricas ou não, execução de outras tarefas afins.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Outras: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, domingos e feriados.

CARGO: MOTORISTA

SÍNTESE DOS DEVERES: Dirigir e conservar automóveis, caminhões e outros veículos automotores do Município. Dirigir automóveis, caminhões e outros veículos destinados ao transporte de passageiros e cargas; recolher o veículo à garagem, ou ao local determinado, quando concluído o serviço do dia; mantendo o veículo em perfeitas condições de funcionamento; fazer reparos de emergência; zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue; encarregar-se do transporte e entrega de correspondência ou da carga que lhe for confiada; promover o abastecimento de combustível, água e óleo; comunicar ao recolher o veículo, qualquer defeito por ventura existente; verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas e faróis, sinaleiras, buzinas e



indicadores de direção; providenciar a lubrificação quando indicada; fazer reparos de emergência; verificar o grau de densidade e nível da água da bateria, bem como a calibragem de pneus; auxiliar médicos e enfermeiras na assistência à enfermos; conduzir caixas de medicamentos, tubos de oxigênio, macas, etc; dar plantão diurnos e noturno, quando necessário; auxiliar na carga e descarga de veículos; preencher planilhas de controle de quilometragem; executar tarefas afins.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Outras: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, domingos e feriados.

CARGO: SERVENTE

SÍNTESE DOS DEVERES: Executar serviços nas diversas áreas, exercendo tarefas de natureza operacional em obras públicas, conservação de cemitérios, manutenção dos próprios municipais; transportar material de um local para outro, inclusive carregando e descarregando veículos; executar tarefas manuais e rotineiras que exigem esforço físico; realizar todos os tipos de movimentação de móveis; auxiliar o carpinteiro e o pedreiro na remoção de materiais, desmontar alvenaria, cortar materiais, definir etapas de serviços, preparação de massas; transportar e elevar mercadorias, materiais de construção e outros; fazer mudanças, proceder a abertura de valas, efetuar serviços de capina e jardinagem em geral; auxiliar no recebimento, entrega, pesagem e contagem de materiais; executar tarefas de limpeza em geral; executar tarefas afins.

CONDICÕES DE TRABALHO:

Outras: O exercício do cargo poderá exigir prestação de serviços à noite, domingos e feriados.

CARGO: MÉDICO

SÍNTESE DOS DEVERES: Dirigir equipes e prestar socorros urgentes; efetuar exames médicos, fazer diagnósticos, prescrever e ministrar tratamento para diversas doenças, perturbações e lesões do organismo humano e aplicar métodos da medicina preventiva; providenciar ou realizar tratamento especializado, praticar intervenções cirúrgicas; ministrar aulas e participar de reuniões médicas, cursos e palestras sobre saúde preventiva; preencher e visar mapas de produção, fichas médicas com diagnóstico e tratamento; transferir, pessoalmente, a responsabilidade do atendimento e acompanhamento aos titulares de plantão, atender os casos urgentes de internados no hospital, nos impedimentos dos titulares de plantão; preencher os boletins de socorro urgente, mesmo os provisórios, com diagnóstico provável ou incompleto dos doentes atendidos nas salas de primeiro socorro; supervisionar e orientar o trabalho dos estagiários e internos; preencher as fichas dos doentes atendidos a domicílio; preencher relatórios comprobatórios de atendimento; proceder o registro dos pertences dos doentes ou acidentados em estado de inconsciência ou que venham a falecer; atender consultas médicas em ambulatórios, hospitais ou outros estabelecimentos públicos municipais; examinar funcionários para fins de licenças, readaptação, aposentadoria e reversão; examinar candidatos a auxílios; fazer inspeção médica para fins de ingresso; fazer visitas domiciliares para fins de concessão de licenças a funcionários; emitir laudos, fazer diagnósticos e recomendar a terapêutica; prescrever regimes dietéticos; solicitar exames laboratoriais; incentivar a vacinação e indicar medidas de higiene pessoal; responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; participar de atividades da equipe e dos programas de saúde pública segundo a concepção de integridade das ações em saúde; executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivos regulamento da profissão.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados, sob regime de plantão, sujeito a trabalho externo e atendimento ao público.

CARGO: MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA

SÍNTESE DOS DEVERES: Compreende as atribuições que regulamentam a profissão de ginecologista e obstetra, tais como realizar exames ginecológicos que incluem exames de mamas, exame especular e ultrassonografia, diagnosticando anomalias e infecções existentes, medicando e/ou encaminhando para novos exames; realizar a coleta de material preventivo do câncer (coleta de citologia oncótica); executar cauterizações de colo de útero com criocautério; realizar o planejamento familiar, através de palestras e explanações a respeito dos métodos existentes na unidade de saúde e fornecendo o material quando indicado; realizar investigações de esterilidade conjugal através de exames; participar de equipemultiprofissional, elaborando ou adequando programas, normas e rotinas, visando a sistematização e melhoria da qualidade das ações de saúde prestadas; realizar exame pré-natal, diagnosticando a gravidez, solicitando os exames de rotina e verificando pressão, peso, altura uterina e batimentos cardíacos fetais; acompanhar e encaminhar quando necessário para alto risco todas as gestantes encaminhadas pelas Unidades de Saúde; acompanhamento puerperal; avaliar a gestante; executar avaliação de vitalidade fetal através de estímulo sonoro para verificar o desenvolvimento ideal do feto; realizar cirurgia ginecológica, do aparelho reprodutivo e mamário. O exercício do cargo exigirá a prestação de



serviços de obstetrícia em regime de plantão conforme escala da Secretaria Municipal de Saúde ou Hospital; conduzir veículos da municipalidade quando em na realização de serviços públicos desde que devidamente habilitado; executar outras atribuições afins.

CARGO: PSICÓLOGO

SÍNTESE DOS DEVERES: Planejar e executar atividades utilizando técnicas psicológicas aplicadas ao trabalho e as áreas escolares e clínica psicológica; realizar psicodiagnósticos para fins de ingresso, readaptação e avaliação das condições pessoais do servidor; proceder a análise de funções sob o ponto de vista psicológico; proceder ao estudo e avaliação dos mecanismos de comportamento humano para possibilitar a orientação e seleção e ao treinamento atitudinal no campo profissional e o diagnóstico e terapia clínicos; fazer psicoterapia breve, ludoterapia individual e grupal, com acompanhamento clínico; fazer exames de seleção em crianças, para fins de ingresso em instituições assistenciais, bem como para contemplação de bolsas de estudos; prestar atendimento breve a pacientes em crise e seus familiares, bem como a alcólicos e toxicômanos; atender crianças excepcionais, com problemas de deficiência mental e sensorial ou portadora de desajustes familiares ou escolares, encaminhando-as para escolas ou classes especiais; formular hipóteses de trabalho, para orientar as explorações psicológicas, médicas e educacionais; realizar pesquisas psicopedagógicas; confeccionar e selecionar o material psicopedagógico e psicológico necessário ao estudos dos casos; realizar perícias e elaborar pareceres; prestar atendimento psicológico a gestantes; as mães de crianças até a idade escolar e a grupos de adolescentes em instituições comunitárias do Município; manter atualizado prontuário de cada caso estudado, responsabilizara-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; coordenar a elaboração do plano municipal de saúde mental; participar das atividades e dos programas de saúde pública segundo a concepção de integridade das ações; assessorar o programa de agentes comunitários de saúde; promover e/ou ministrar palestras e cursos dentro de sua área para a comunidade e funcionários; envolver-se no planejamento e execução de treinamentos em saúde; assessorar dentro de sua carga horária, outros órgaõs e instituições quando designado pela chefia imediata; executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados, sob regime de plantão, sujeito a trabalho externo e atendimento ao público.

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

SÍNTESE DOS DEVERES: Auxiliar no serviço de enfermagem e atendimento a pacientes, executar as atividades auxiliares de nível médio, atribuídas à equipe de enfermagem, sob supervisão da enfermeira. Preparar para as consultas, exames e tratamentos; observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas, ao nível de sua qualificação; executar tratamentos especificamente prescritos ou de rotina, além de atividades de enfermagem; ministrar medicamentos por via oral e parenteral; fazer curativos; aplicar oxigênio terapia, nebulização, enteroclisma, enema de calor ou frio, aplicação de vacinas, controle de doenças e de comunicantes de doenças transmissíveis; realizar testes e proceder a sua leitura; colher material para exames; executar atividades de desinfecção e esterilização; prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente zelando por sua segurança; zelar pela limpeza e ordem do material da Unidade; participar de atividades de educação em saúde; auxiliar nos programas de educação para à saúde; participar ativamente dos programas de saúde pública desenvolvidos pela Secretaria Municipal da Saúde, Meio Ambiente e Ação Social; realizar atendimento de enfermagem ao nível domiciliar; realizar registros de dados; executar tarefas afins.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Outras: o exercício do cargo exige a prestação de serviços relacionados com a saúde pública, em domingos e feriados.

CARGO: VISITADOR

SÍNTESE DOS DEVERES: Responsável pelo atendimento domiciliar às famílias, por meio de atividades específicas; Realizar o trabalho diretamente com as famílias, orientando-as e capacitando-as para realizar as atividades de estimulação para desenvolvimento integral da criança, desde a gestação. Orientar as famílias sobre as atividades de estimulação adequadas a partir do diagnóstico, ou seja, do marco zero. Acompanhar a qualidade das ações educativas realizadas pelas próprias famílias junto às crianças e as ações realizadas pelas gestantes. Acompanhar os resultados alcançados pelas crianças e pelas gestantes. Planejar e executar as modalidades de Atenção Individual e Grupal. Planejar e executar o cronograma de visita às famílias. Participar da Capacitação de Visitadores, realizadas pelo Monitor/GTM. Receber a formação e a capacitação necessárias. Comunicar ao GTM a percepção e/ou identificação de suspeita da violência doméstica e crianças portadoras de deficiência, preencher documentos, elaborar relatórios. Exercer atividades correlatas.



CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Outras: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados.

CARGO: AUXILIAR DE ENSINO

SÍNTESE DOS DEVERES: Atividades de nível simples, de pouca complexidade, envolvendo a execução de atividades de orientação, recreação e atendimento infantil. Executar atividades diárias de recreação com as crianças e trabalhos educacionais e artes diversas. Acompanhar as crianças em passeios, visitas e festividades sociais. Proceder orientar e auxiliar as crianças no que se refere à higiene pessoal e a seus pertences. Auxiliar a criança na alimentação, servir refeições e auxiliar as crianças a se alimentarem.

Zelar pela saúde e bem estar das crianças, levando-as quando necessário para atendimento médico e ambulatorial, ministrando medicamentos conforme prescrição médica. Prestar primeiros socorros cientificando o superior imediato da ocorrência.

Orientar os pais quanto à higiene infantil, comunicando-lhes qualquer incidente ou dificuldades ocorridas.

Vigiar e manter a disciplina das crianças sob a sua responsabilidade. Participar e envolver-se nas jornadas pedagógicas, reuniões de estudo e eventos da instituição. Executar outras tarefas semelhantes.

CARGO: EDUCADOR ESPECIAL

SÍNTESE DOS DEVERES: Avaliar e atender alunos da rede municipal de ensino com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos, cujas dificuldades sejam empecilhos para seu desenvolvimento escolar pleno. Organizar os atendimentos de educação especial conforme avaliações realizadas. Elaborar um plano de trabalho individualizado e encaminhar, quando necessário, os alunos aos profissionais da área de saúde. Organizar subsídios para os pais e professores com orientações acerca dos estímulos a serem oferecidos e das diferentes possibilidades de aprendizagem, levando em consideração cada caso. Realizar junto à equipe escolar um trabalho voltado à inclusão, buscando conscientizar a comunidade, os pais e os próprios alunos da importância em aceitar as diferenças e respeitar as limitações de cada um. Auxiliar na construção do PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, colaborando com a temática da Educação Especial.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Outras: O exercício do cargo poderá exigir prestação de serviços à noite, domingos e feriados.

CARGO: EDUCADOR FÍSICO

SÍNTESE DOS DEVERES: As atribuições do Educador físico na Saúde estão baseadas em ações de promoção da saúde destinadas a garantir condições de bem-estar físico, mental e social em todos os ciclos da vida, na prevenção de doenças e na promoção/manutenção da saúde da população através de atividades e exercícios físicos, atuando junto as Equipes de Saúde da Família, Academias de Saúde (portaria 1719/2011), visando a mudança de hábitos e adoção de estilo de vida ativo. Elaborar, executar, avaliar e coordenar projetos e programas de atividades físicas para as diferentes faixas etárias e localidades no município, participar do planejamento interdisciplinar e multidisciplinar na área da saúde; executar tarefas afins.

As atribuições do Educador físico na Ação Social estão baseadas: Hidroginástica; Desportos: Teoria e prática: Regras oficiais e organização de competições; aprendizagem dos esportes. Dança: Teoria e prática: fundamentos da dança; estilos de dança e suas principais características; aspectos sociais e culturais que envolvem a dança; função e objetivos da dança; Dança Criativa e seus fundamentos. Folclore: Teoria e prática: significados; brincadeiras folclóricas, danças folclóricas; crendices, culinária, mitos por região. Coordenação motora fina e coordenação motora grossa (ampla). Atletismo: Teoria e prática: regras básicas; provas masculinas e femininas; processo de ensino-aprendizagem dos fundamentos em todas as faixas etárias. Educação Física Especial: as diferentes deficiências e formas de trabalho nas escolas e programas de atenção à comunidade. Aprendizagem motora. Promover o desenvolvimento de atividades de esporte e lazer, de acordo com a faixa etária (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos). Ética profissional. Recreação e lazer. Social: Incentivar a criação de espaços de inclusão social, com ações que ampliem o sentimento de pertinência social na comunidades, por meio da atividade física regular, do esporte e lazer, das práticas corporais; Contribuir para a ampliação da utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de inclusão social e combate à violência; Identificar profissionais e/ou membros da comunidade com potencial para o desenvolvimento do trabalho em práticas corporais, em conjunto com os demais profissionais da Assistência Social. Promover eventos que estimulem ações que valorizem Atividade Física/Práticas Corporais e sua importância para a saúde da população; Participar de reuniões de equipe e planejamento. Outras atividades inerente à função. Organizar e acompanhar turmas de competições e excursões ainda que fora do Município; manter disciplina; organizar e participar de reuniões; colaborar na conservação da ordem do ambiente de trabalho; desempenhar tarefas afins. CONDIÇÕES DE TRABALHO:



Outras: O exercício do cargo poderá exigir prestação de serviços à noite, domingos e feriados, podendo ser realizado dentro e fora do perímetro urbano do Município.

CARGO: INSTRUTOR DE INFORMÁTICA

SÍNTESE DOS DEVERES: Planejar e desenvolver situações de ensino e aprendizagem voltadas para a qualificação profissional de jovens e adultos orientando-os nas técnicas específicas da área em questão. Avaliar processo ensino/aprendizagem; elabora material pedagógico; sistematizar estudos, informações e experiências sobre a área ensinada. Conhecer áreas de informática tais como: Sistemas operacionais diversos, Computação gráfica, programas voltados para escritórios, Hardware e redes, softwares de edição de áudio e vídeo. Conhecer sistemas de segurança na internet (Firewall, antivírus, atispyware, etc). Conhecimento no inglês técnico.

Realizar a monitoria aos alunos em laboratório de informática; apoiar o uso de tecnologia da informação nos departamentos e de equipamentos audiovisual. Ajudar na manutenção de website e ensinar sobre gerenciamento de rede, hardware e software. Executar atividades de instrução para crianças e adolescente; Noções gerais de informática, abrangendo conhecimento de hardware, sistema operacional, editor de textos, planilhas eletrônicas; Propor atividades práticas e avaliativas; Executar atividades correlatas.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Outras: O exercício do cargo poderá exigir prestação de serviços à noite, domingos e feriados.

CARGO: PROFESSOR I ATRIBUIÇÕES:

Docência na educação infantil e/ou anos iniciais do ensino fundamental, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições: Participar da elaboração e aplicação da proposta pedagógica da escola; Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; Zelar pela aprendizagem com qualidade dos alunos, primando pela permanência e bom desempenho dos mesmos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, estudos de formação continuada, eventos promovidos pela SMECD, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino aprendizagem. Participar da elaboração de objetivos e metas e/ou planos e a conseqüente aplicação dos mesmos em consonância com a escola e a SMECD.

CARGO: PROFESSOR II ATRIBUIÇÕES:

Docência nos anos finais do ensino fundamental incluindo, entre outras, as seguintes atribuições: Participar da elaboração e aplicação da proposta pedagógica da escola; Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; Zelar pela aprendizagem com qualidade dos alunos, primando pela permanência e bom desempenho dos mesmos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, estudos de formação continuada, eventos promovidos pela SMECD e à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem. Participar da elaboração de objetivos e metas e/ou planos e a conseqüente aplicação dos mesmos em consonância com a escola e a SMECD.



CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2015 EDITAL N.º 046/2015

ANEXO II PROGRAMAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OBS.1: As regras do novo acordo ortográfico não serão aplicadas neste Concurso Público.

OBS. 2: Para a elaboração das Provas serão consideradas todas as alterações nas legislações elencadas no edital até a data de publicação deste Edital.

1 - GRUPO 1

1.1 – PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

1.1.1 Para os cargos de Agente de Trânsito e Sinistros, Arquiteto, Auxiliar de Administração e Fiscal Municipal e Visitador

Programa: Leitura, interpretação, compreensão e estruturação de textos. Noções gerais de gramática. Estrutura e formação de palavras. Ortografia: emprego das letras e acentuação gráfica. Emprego das classes de palavras. Derivação prefixal e sufixal. Sintaxe: frase, oração, período, pontuação, tipos de frases, complementos verbais e nominais. Orações subordinadas e coordenadas. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Valores semântico-sintáticos das preposições e das conjunções. Concordância nominal e verbal. Colocação dos termos na frase. Emprego do acento indicativo da crase. Semântica: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos, denotação e conotação; sentido figurado.

Referências Bibliográficas:

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** Curitiba: Positivo, 2004. CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. R.J.: Nova Fronteira

1.1.2 - PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA - Para o cargo de Recepcionista:

Programa: Leitura, interpretação, compreensão e estruturação de textos. Noções gerais de gramática. Estrutura e formação de palavras. Ortografia: emprego das letras e acentuação gráfica. Emprego das classes de palavras. Derivação prefixal e sufixal. Sintaxe: frase, oração, período, pontuação, tipos de frases, complementos verbais e nominais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Emprego do acento indicativo da crase. Semântica: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos, denotação e conotação; sentido figurado.

Referências Bibliográficas:

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** Curitiba: Positivo, 2004. CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. R.J.: Nova Fronteira

1.2 – PROVA DE INFORMÁTICA - Para todos os cargos do grupo 1

Programa: Conceitos básicos de Word 2013; formatar, salvar e visualizar arquivos e documentos; alinhar, configurar página e abrir arquivos; copiar, mover e localizar texto; destacar listas, personalizar documentos, Inserir símbolos e imagens, Trabalhar com tabelas, trabalhar com colunas. Conceitos básicos de Excel 2013; formatar a planilha, números e fórmulas, funções básicas, impressão e gráficos. Trabalhando com arquivos e pastas, trabalhando com programas, gerenciando janelas, procurando informações no Microsoft Windows 7. Localizando as informações, Trabalhando com janelas, Navegação com guias, Imprimindo e salvando informações, Pishing, vírus e outras ameaças no Internet Explorer. Correio eletrônico.

Referências Bibliográficas:

Ajuda do Microsoft Windows 7.

Ajuda do Microsoft Word 2013 e Microsoft Excel 2013.

Ajuda do Internet Explorer.

Manuais básicos sobre o uso dos softwares Microsoft Windows, Microsoft Word, Microsoft Excel e Internet Explorer

1.3 - PROVA DE LEGISLAÇÃO E DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1.3.1 - Para o cargo de Agente de Trânsito e Sinistros

Programa: Na prova de legislação e conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre a legislação relacionada abaixo e sobre os conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições de cada cargo, relacionadas no anexo 1 deste Edital.

Referências Bibliográficas:



BRASILIA. Constituição Federal de 1988 - Título I. Título II.

TAPERA, Lei Orgânica.

TAPERA, Regime Jurídico Municipal.

BRASILIA. Código de Trânsito Brasileiro. Lei Federal 9.503, de 23.09.97.

BRASILIA. DANATRAN. Direção defensiva - Trânsito seguro é um direito de todos. São Paulo: 2005. Disponível em: http://www.detran.ba.gov.br/noticias/DIRECAO DEFENSIVA.pdf>.

BRASILIA. MANUAL BRASILEIRO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – Sinalização de áreas escolares.

DENATRAM, 2000. Disponível em: http://www.denatran.gov.br/publicacoes/download/ Areas Escolares.pdf>.

BRASILIA. MANUAL BRASILEIRO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – Sinalização vertical de advertência.

CONTRAN, 2007. Disponível em: http://www.denatran.gov.br/publicacoes/download/

BRASILIA. MANUAL_SINALIZACAO_VOL_II.pdf>. Sinalização vertical de regulamentação. Brasília: CONTRAN,

2007. Disponível em: http://www.denatran.gov.br/publicacoes/download/MANUAL_VOL_I.pdf

BRASILIA. Sinalização horizontal de regulamentação. CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito, 2007.

Disponível em: http://www.denatran.gov.br/publicacoes/download/MANUAL_HORIZONTAL_

RESOLUCAO_236.pdf

1.3.2 - Para o cargo de Arguiteto

Programa: Na prova de legislação e conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre a legislação relacionada abaixo e sobre os conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições de cada cargo, relacionadas no anexo 1 deste Edital.

Referências Bibliográficas:

BRASILIA Constituição Federal, Título I e II Capítulo I e II.

BRASILIA, Lei nº9437/97 - Sistema Nacional de Recursos Hídricos.

BRASILIA, Lei nº 6766/79 - Parcelamento do solo urbano.

RIO GRANDE DO SUL, Lei nº 10.350/94 (Política Estadual de Recursos Hídricos) e suas regulamentações.

RIO GRANDE DO SUL Lei nº 11.520/2000 (Código Estadual do Meio Ambiente).

TAPERA. Código de Edificações do Município.

TAPERA. Código de Posturas do Município.

TAPERA. Plano Diretor do Município.

TAPERA, Lei Orgânica.

TAPERA, Regime Jurídico Municipal.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) 9050:2004, Acessibilidade a edificações,

mobiliário, espaços e equipamentos urbanos disponível em

http://www.mj.gov.br/corde/arquivos/ABNT/NBR9050-31052004.pdf

CARVALHO, Benjamim de. A história da arquitetura. Rio de Janeiro. Edições Ouro.

CHING, Francis, D. K. Representação Gráfica em Arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 3ª ed., 2000.

FIELL, Charlotte, PETER, BOLEO, João Bernardo. Desigin do século XX. Köln Taschen, 2005.

LIMMER, Carl Vicente. Planejamento, orçamentário e controle de projetos e obras. Rio de Janeiro: LTC, 1997.

MARTINEZ, Alfonso C. Ensaio sobre o projeto. Brasília: UNB, 2000.

NEUFERT, Ernst; FRANCO, Benelisa. Arte de projetar em arquitetura/ princípios, normas, regulamentos sobre projetos, mobiliário. 17. ed. São Paulo, Gustavo Gili, 2007.

OBREG, L. Desenho Arquitetônico, 31ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Ao Livro Técnico. 1997.

1.3.3 - Para o cargo de Auxiliar de Administração

Programa: Na prova de legislação e conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre a legislação relacionada abaixo e sobre os conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições de cada cargo, relacionadas no anexo 1 deste Edital.

Referências Bibliográficas:

BRASILIA, Constituição Federal de 1988 - Título I e II Capítulo I e II; e (artigos nº 31, 70, 71 e 74).

BRASILIA, Emendas Constitucionais N°14, 19, 20, 25 e 29.

BRASILIA, Lei Complementar Federal nº 101/00 (04/05/2000). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

BRASILIA, Lei Federal N°8.666/93. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. TAPERA, Lei Orgânica.

TAPERA, Regime Jurídico Municipal.

LEIGH, Andrew. Como fazer propostas e relatórios. Nobel, São Paulo, 2000.

KASPARY, Adalberto Jose. Redação Oficial: Normas E Modelos. - 13. Ed. - Porto Alegre: Edita, 1996.

MAXIMIANO, Antonio C. A. Introdução à administração. 6 ed. Atlas, São Paulo, 2004.



MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. - 25. Ed., Atualizada Por Eurico Andrade Azevedo, MOTTA, F.C. P. e VASCONCELLOS, I. F. G. Teoria geral da administração. Pioneira, São Paulo, 2002.

1.3.4 - Para o cargo de Fiscal Municipal

Programa: Na prova de legislação e conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre a legislação relacionada abaixo e sobre os conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições de cada cargo, relacionadas no anexo 1 deste Edital.

Referências Bibliográficas:

BRASILIA. Constituição Federal de 1988 - Título I e II Capítulo I e II; (artigos nº 31, 70, 71 e 74).

BRASILIA. Emendas Constitucionais N°14, 19, 20, 25 e 29.

TAPERA. Lei Orgânica.

TAPERA. Regime Jurídico Municipal.

TAPERA. Código Tributário Municipal.

BRASILIA. Código Tributário Nacional.

BRASILIA. Lei Federal N°8.666/93.

BRASILIA. Lei Federal N°8.883/94.

BRASILIA. Lei Complementar Federal N°101/00.

BRASILIA. Decreto n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002 - regulamenta a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

BRASILIA. Lei nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992 – Código Florestal Estadual

BRASILIA. Lei nº 10.330, de 27 de dezembro de 1994 – sistema estadual de proteção ambiental - sisepra.

BRASILIA. Lei n.º 9.921, de 27 de julho de 1992 - dispõe sobre gestão de resíduos sólidos;

BRASILIA. Lei nº 11.520, de 03 de agosto de 2000 – Código Estadual do Meio Ambiente.

BRASILIA. Decreto n.º 38.356, de 01 de abril de 1988 - regulamenta a Lei n.º 9.921, de 27/07/93, que dispõe sobre gestão de resíduos sólidos;

BRASILIA. Lei nº 9.605/1998 – Crimes e Infrações Administrativas contra o Meio Ambiente;

Gestão Fiscal Responsável – Guia de Orientação para as Prefeituras.

CONAMA. Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997 – licenciamento ambiental.

CONSEMA. Resolução nº 05, de 19 de agosto de 1998 – licenciamento ambiental de impacto local.

CONSEMA Resolução nº 04, de 28 de abril de 2000, Dispõe sobre os critérios para o exercício da competência do Licenciamento Ambiental Municipal, e dá outras providências.

1.3.5 - Para o cargo de Recepcionista

Programa: Na prova de legislação e de conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre a legislação relacionada abaixo e sobre os conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições de cada cargo, relacionadas no anexo 1 deste Edital.

Referências Bibliográficas

BRASILIA. Constituição Federal de 1988 - Título I. Título II.

TAPERA, Lei Orgânica.

TAPERA, Regime Jurídico Municipal.

BENNETT, Carole, Ética Profissional. São Paulo: Cengage, 2008.

KANAANE, Roberto. Comportamento humano nas organizações. São Paulo: Atlas, 1999.

PILARES, Nanci. Atendimento ao cliente. São Paulo: Nobel, 1989.

ROBBINS, Harvey A. Como ouvir e falar com eficácia. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1994

SUCESSO, Edina Bom. Relações Interpessoais e Qualidade de Vida no Trabalho, Ed. Qualitymark, 1ª ed. 2002. WEISS, Donald H. Como Obter Sucesso ao Telefone. São Paulo: Nobel, 1991.

1.3.6 - Visitador

Programa: Na prova de legislação e de conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições do cargo, relacionadas no anexo I deste Edital e na bibliografia relacionada abaixo.

Referências Bibliográficas:

BRASILIA. Constituição Federal. Título I e II Capítulo I e Artigos 196, 197, 198, 199 e 200.

BRASILIA. Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASILIA. Lei n°10.741, de 1° de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso.

BRASILIA. Lei nº 7853/89 - apoio as pessoas portadoras de deficiências.

TAPERA, Lei Orgânica do Município.

TAPERA, Regime Jurídico do Município.



BRASÍLIA. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Cadernos de Atenção Básica. Nº 11

(Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil). Nº 12 (Obesidade). Nº 17 (Saúde Bucal). Nº 23 (Saúde da Criança - Nutrição Infantil).

BRASILIA. Ministério da Saúde. AIDPI - Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância. Módulos 1 a 7.

BRASILIA. Ministério da Saúde. Caderneta de Saúde da Criança - Menino.

BRASILIA. Ministério da Saúde. Caderneta de Saúde da Criança - Menina.

BRASILIA. Ministério da Saúde. Dez Passos para uma Alimentação Saudável.

BRASILIA. Ministério da Saúde. Livro da Família. Aprendendo sobre AIDS e Doenças Sexualmente Transmissíveis.

BRASILIA. Ministério da Saúde. Manual dos Comitês de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal.

BRASILIA. Ministério da Saúde. Notificação de Maus-Tratos Contra Crianças e Adolescentes Pelos Profissionais da Saúde.

BRASILIA. Ministério da Saúde. Prevenção de Acidentes na Infância e Adolescência.

BRASILIA. Ministério da Saúde. Agenda de Compromissos para a Saúde Integral da Criança e Redução da Mortalidade Infantil.

2 - GRUPO 2

2.1 – PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA – Para todos os cargos deste grupo:

Programa: Programa: Interpretação de pequenos textos, classes gramaticais e flexões, acentuação, ortografia e pontuação.

Referências Bibliográficas:

Livros do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série.

2.2 – PROVA DE MATEMÁTICA – Para todos os cargos deste grupo:

Programa: operações, expressões e problemas com números naturais; números fracionários e números decimais; máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum.

Referências Bibliográficas:

Livros do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série.

2.3 - PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - Para todos os cargos deste grupo:

Programa: Para a prova de conhecimentos gerais, as questões serão elaboradas sobre conteúdos que condizem com nível de formação dos candidatos sobre conhecimentos gerais veiculadas nos meios de comunicação.

Referências Bibliográficas: Revistas, jornais, rádio e televisão.

2.4 – PROVA DE LEGISLAÇÃO E DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

2.4.1 Para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais:

Programa: Na prova de legislação e de conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre a legislação relacionada abaixo e sobre os conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições de cada cargo, relacionadas no anexo 1 deste Edital.

Referências Bibliográficas

BRASILIA. Constituição Federal de 1988 - Título I. Título II.

TAPERA, Lei Orgânica.

TAPERA, Regime Jurídico Municipal.

BRASÍLIA. Norma Regulamentadora 6.NR 6 - Equipamento de Proteção Individual (EPI). 2001.

2.4.2 Para o cargo de Eletricista:

Programa: Na prova de legislação e de conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre a legislação relacionada abaixo e sobre os conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições de cada cargo, relacionadas no anexo 1 deste Edital.

Referências Bibliográficas

BRASILIA. Constituição Federal de 1988 - Título I. Título II.

TAPERA, Lei Orgânica.

TAPERA, Regime Jurídico Municipal.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão. Rio de Janeiro, 1997.



BRASÍLIA. Norma Regulamentadora 6.NR 6 - Equipamento de Proteção Individual (EPI). 2001.

BRASÍLIA. Norma Regulamentadora 10. NR 10 - Segurança em instalações e serviços em eletricidade. 2004.

2.4.3 Para o cargo de Jardineiro:

Programa: Na prova de legislação e de conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre a legislação relacionada abaixo e sobre os conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições de cada cargo, relacionadas no anexo 1 deste Edital.

Referências Bibliográficas

BRASILIA. Constituição Federal de 1988 - Título I. Título II.

TAPERA, Lei Orgânica.

TAPERA, Regime Jurídico Municipal.

BRASÍLIA. Norma Regulamentadora 6.NR 6 - Equipamento de Proteção Individual (EPI). 2001.

2.4.4 - Para o cargo de Merendeira

Programa: Na prova de legislação e de conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre a legislação relacionada abaixo e sobre os conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições de cada cargo, relacionadas no anexo 1 deste Edital.

Referências Bibliográficas

BRASILIA. Constituição Federal de 1988 - Título I. Título II.

TAPERA, Lei Orgânica.

TAPERA, Regime Jurídico Municipal.

ARRUDA, G.A. Manual de higiene. Coleção Profissional de Alimentação. v.1. São Paulo: Ponto Crítico, 2002.

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Disponível em:

http://www.anvisa.gov.br/divulga/public/alimentos/cartilha_gicra_final.pdf

FIGUEIREDO, Roberto M. As armadilhas de uma cozinha. São Paulo: Manole, 2003.

2.4.5 Para o cargo de Motorista:

Programa: Na prova de legislação e de conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre a legislação relacionada abaixo e sobre os conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições de cada cargo, relacionadas no anexo 1 deste Edital.

Referências Bibliográficas

BRASILIA. Constituição Federal de 1988 - Título I. Título II.

TAPERA, Lei Orgânica.

TAPERA, Regime Jurídico Municipal.

BRASILIA. Código de Trânsito Brasileiro. Lei Federal 9.503, de 23.09.97.

BRASILIA. DANATRAN. Direção defensiva - Trânsito seguro é um direito de todos. São Paulo: 2005. Disponível em: http://www.detran.ba.gov.br/noticias/DIRECAO_DEFENSIVA.pdf.

BRASILIA. MANUAL BRASILEIRO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – Sinalização de áreas escolares.

DENATRAM, 2000. Disponível em: http://www.denatran.gov.br/publicacoes/download/ Areas Escolares.pdf>.

BRASILIA. MANUAL BRASILEIRO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – Sinalização vertical de advertência.

CONTRAN, 2007. Disponível em: http://www.denatran.gov.br/publicacoes/download/

BRASILIA. MANUAL_SINALIZACAO_VOL_II.pdf>. Sinalização vertical de regulamentação. Brasília: CONTRAN, 2007. Disponível em: http://www.denatran.gov.br/publicacoes/download/MANUAL_VOL_I.pdf

BRASILIA. Sinalização horizontal de regulamentação. CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito, 2007.

Disponível em: http://www.denatran.gov.br/publicacoes/download/MANUAL_HORIZONTAL_

RESOLUCAO_236.pdf

2.4.6 Para o cargo de Servente:

Programa: Na prova de legislação e de conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre a legislação relacionada abaixo e sobre os conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições de cada cargo, relacionadas no anexo 1 deste Edital.

Referências Bibliográficas

BRASILIA. Constituição Federal de 1988 - Título I. Título II.

TAPERA, Lei Orgânica.

TAPERA, Regime Jurídico Municipal.

BRASILIA. Norma Regulamentadora 6. NR 6 - Equipamento de Proteção Individual (EPI). Brasília, 2001.



BRASILIA. Norma Regulamentadora 18. NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção. 2011.

3 - GRUPO 3

3.1 – PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA: – Para todos os cargos deste grupo:

Programa: Leitura, interpretação, compreensão e estruturação de textos. Noções gerais de gramática. Estrutura e formação de palavras. Ortografia: emprego das letras e acentuação gráfica. Emprego das classes de palavras. Derivação prefixal e sufixal. Sintaxe: frase, oração, período, pontuação, tipos de frases, complementos verbais e nominais. Orações subordinadas e coordenadas. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Valores semântico-sintáticos das preposições e das conjunções. Concordância nominal e verbal. Colocação dos termos na frase. Emprego do acento indicativo da crase. Semântica: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos, denotação e conotação; sentido figurado.

Referências Bibliográficas:

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** Curitiba: Positivo, 2004. CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. R.J.: Nova Fronteira

3.2 – PROVA DE LEGISLAÇÃO E DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

3.2.1 - Para o cargo de Médico Clínico Geral.

Programa: Na prova de legislação e conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre a legislação relacionada abaixo e sobre os conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições de cada cargo, relacionadas no anexo 1 deste Edital.

Referências Bibliográficas:

BRASILIA. Constituição Federal. Título I e II Capítulo I e Artigos 196, 197, 198, 199 e 200.

BRASILIA. Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASILIA. Lei n°10.741, de 1° de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso.

BRASILIA. Lei nº 7853/89 - apoio as pessoas portadoras de deficiências.

TAPERA, Regime Jurídico do Município.

TAPERA, Lei Orgânica do Município.

BRASILIA. Ministério da Saúde. Redes de produção da saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASÍLIA: Ministério da Saúde. Humaniza SUS: Política Nacional de Humanização: A Humanização com Eixo

Norteador das Práticas de Atenção e Gestão em Todas as Instâncias do SUS . 2004

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Código de Ética Médica. Atualizado em 2012

BRASILIA. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Cadernos de Atenção Básica. Números: 6 (Manual Técnico para o Controle da Tuberculose); 12 (Obesidade); 14 (Prevenção Clínica de Doença cardiovascular, cerebrovascular e renal crônica), 15 (Hipertensão Arterial Sistêmica); 18 (HIV/AIDS, hepatites e outras DST); 19 (Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa), 21 (Vigilância em Saúde); 24 (Saúde na Escola); 25 (Doenças Respiratórias Crônicas); 27 (NASF: Núcleo de Apoio à Saúde da Família).

TRAVASSOS, C.; MARTINS, M. Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, Fundação Osvaldo Cruz, v.20, supl. 2.

DUNCAN, Bruce Bartholow; SCHMIDT, M. Inês; GIUGLIANI, Elsa. Medicina Ambulatorial. P. A: Artes Médicas.

HARRISON, T. R. Medicina Interna. 13 ed. Rio de Janeiro: McGraw Hill – Interamericana, 1995. Vol. 1 e 2.

3.2.2 - Para o cargo de Médico Ginecologista/Obstetra.

Programa: Na prova de legislação e conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre a legislação relacionada abaixo e sobre os conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições de cada cargo, relacionadas no anexo 1 deste Edital.

Referências Bibliográficas:

BRASILIA. Constituição Federal. Título I e II Capítulo I e Artigos 196, 197, 198, 199 e 200.

BRASILIA. Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASILIA. Lei n°10.741, de 1° de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso.

BRASILIA. Lei nº 7853/89 - apoio as pessoas portadoras de deficiências.

BRASÍLIA: Ministério da Saúde. Humaniza SUS: Política Nacional de Humanização: A Humanização com Eixo

Norteador das Práticas de Atenção e Gestão em Todas as Instâncias do SUS . 2004

BRASILIA. Ministério da Saúde. Manual dos Comitês de Mortalidade Materna, 2007.

BRASILIA. Manual Técnico - Pré-Natal e Puerpério - Atenção qualificada e humanizada, 2005.

BRASILIA. Recomendações para profilaxia da transmissão materno-infantil do HIV e terapia anti-retroviral



em gestantes. Brasília, 2007.

BRASILIA. Ministério da Saúde. Manual dos Comitês de Mortalidade Materna, 2007.

BRASILIA.. Manual Técnico - Pré-Natal e Puerpério – Atenção qualificada e humanizada, 2005.

BRASILIA.. Recomendações para profilaxia da transmissão materno-infantil do HIV e terapia anti-retroviral em gestantes. Brasília, 2007.

BRASILIA. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica Caderno de Atenção Básica nº 12 - Obesidade); nº 13 - Controle dos Cânceres do Colo do Útero e da Mama; nº14 -

Prevenção Clínica de Doença cardiovascular, cerebrovascular e renal crônica; nº 15 - Hipertensão Arterial

Sistêmica; nº 18 - HIV/AIDS, hepatites e outras DST; nº 21 - Vigilância em Saúde e nº 23 - Saúde da Criança.

[disponíveis na Internet] http://dtr2004.saude.gov.br/dab/caderno_ab.php].

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Código de Ética Médica. Atualizado em 2012

TAPERA, Regime Jurídico do Município.

TAPERA, Lei Orgânica do Município.

FREITAS, F. et al. Rotinas em Ginecologia. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FREITAS, F. et al. Rotinas obstetrícia. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PASSOS, E.P. et al. Rotinas em infertilidade e contracepção. 1.ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

3.2.3 - Para o cargo de Psicólogo.

Programa: Na prova de legislação e conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre a legislação relacionada abaixo e sobre os conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições de cada cargo, relacionadas no anexo 1 deste Edital.

Referências Bibliográficas:

BRASILIA. Constituição Federal. Título I e II Capítulo I e Artigos 196, 197, 198, 199 e 200.

BRASILIA. Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASILIA. Lei n°10.741, de 1° de outubro de 2003 - Estatuto do Ídoso.

BRASILIA. Lei nº 7853/89 - apoio as pessoas portadoras de deficiências.

TAPERA, Regime Jurídico do Município.

TAPERA, Lei Orgânica do Município.

BRASILIA. Ministério da Saúde. Redes de produção da saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASÍLIA: Ministério da Saúde. Humaniza SUS: Política Nacional de Humanização: A Humanização com Eixo Norteador das Práticas de Atenção e Gestão em Todas as Instâncias do SUS . 2004

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de ética profissional do psicólogo. Brasília, 2005.

ANASTASI, Anne. Testes psicológicos. 2 ed. São Paulo: Edu, 2003.

CORDIOLI, A. V. (org.). Psicoterapias Abordagens Atuais. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FERNANDES, Waldemar José; SVARTMAN, Betty; SILVEIRO, Beatriz et al. Grupos e Configurações Vinculares. São Paulo: Artmed, 2003.

PAPALIA, D.E., OLDS, S.W. e FELDMAN, R.S. Desenvolvimento Humano. 10 ed. P.A.: Artes Médicas, 2009.

CASTILHO, Áurea. Liderando grupos: um enfoque gerencial. 3 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

MINICUCCI, A. Relações humanas: psicologia das relações interpessoais. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CUNHA, Jurema Alcides, et al. Psicodiagnostico V. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ASSUNSÃO, Elisabete da; TERESA, Maria. Problemas de Aprendizagem. São Paulo: Ática, 2008.

FLETCHER, Jack M. et al. Transtornos de aprendizagem: da identificação a intervenção. P.A.: Artmed, 2009.

HUTZ, C. S. Avanços em Psicologia Comunitária e intervenções psicossociais. S. P.: Casa do Psicólogo, 2010.

TUNDIS, S. A. (Org.) Cidadania e loucura - políticas de saúde mental no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

CASTILHO, Áurea. Liderando grupos: um enfoque gerencial. 3 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

MINICUCCI, A. Relações humanas: psicologia das relações interpessoais. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KERNBERG, Otto. Ideologia, conflito e liderança em sofrimento psíquico nas organizações. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ZIMERMAN, David. Como trabalhamos com grupo. Porto Alegre: Artmed, 1997.

3.2.4 - Para o cargo de Técnico em Enfermagem

Programa: Na prova de legislação e de conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições do cargo, relacionadas no anexo I deste Edital e na bibliografia relacionada abaixo.

Referências Bibliográficas:

BRASILIA. Constituição Federal. Título I e II Capítulo I e Artigos 196, 197, 198, 199 e 200.

BRASILIA. Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.



BRASILIA. Lei n°10.741, de 1° de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso.

BRASILIA. Lei nº 7853/89 - apoio as pessoas portadoras de deficiências.

TAPERA, Regime Jurídico do Município.

TAPERA, Lei Orgânica do Município.

BRASILIA. Ministério da Saúde. Redes de produção da saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASÍLIA: Ministério da Saúde. Humaniza SUS: Política Nacional de Humanização: A Humanização com Eixo

Norteador das Práticas de Atenção e Gestão em Todas as Instâncias do SUS . 2004

BRASILIA. Manual do programa de imunizações do Ministério da Saúde.

BRASÍLIA. Ministério da Saúde. Guia Prático do Programa de Saúde da Família. Brasília, 2002.

ALMEIDA, Nébia Maria de. SUS e PSF para Enfermagem. Editora Yendis, 2008

CIANCIARULLO, Tamara I. et al. Saúde na Família e na Comunidade. São Paulo: Robe, 2002

FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de. Diagnóstico de Enfermagem . Yendis - 2010

BRASÍLIA. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Cadernos de Atenção Básica. Nº 11 (Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil). Nº 12 (Obesidade). Nº 14 (Prevenção Clínica de Doença cardiovascular, cerebrovascular e renal crônica). Nº 17 (Saúde Bucal). Nº 18 (HIV/AIDS, hepatites e outras DST). Nº 19 (Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa). Nº 21 (Vigilância em Saúde). Nº 22 (Vigilância em Saúde,Zoonozes). Nº 23 (Saúde da Criança - Nutrição Infantil). Nº 25 (Doenças Respiratórias Crônicas). Nº 28 (Acolhimento de Demanda Espontânea). N° 33 (Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento).

4 - GRUPO 4

4.1 – PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA - – Para todos os cargos deste grupo

Programa: Leitura, interpretação, compreensão e estruturação de textos. Noções gerais de gramática. Estrutura e formação de palavras. Ortografia: emprego das letras e acentuação gráfica. Emprego das classes de palavras. Derivação prefixal e sufixal. Sintaxe: frase, oração, período, pontuação, tipos de frases, complementos verbais e nominais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Emprego do acento indicativo da crase. Semântica: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos, denotação e conotação; sentido figurado.

Referências Bibliográficas:

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2004. CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. R.J.: Nova Fronteira Livros didáticos de português de Ensino Médio.

4.2 – PROVA DE FUNDAMENTOS DE EDUCAÇÃO - Para todos os cargos deste grupo

Programa: Prática educativa. Caracterização; Inter-relações dos elementos transformadores da educação: sociedade, cultura, conhecimento, organização da prática educativa. Importância do planejamento das ações educativas e da capacidade de mobilizar os liderados através do conhecimento, da empatia e da transparência nas relações. Metodologia de Projetos

Referências Bibliográficas:

CAVALCANTI, Antonio Mourão. Drogas: Esse Barato Sai Caro: os caminhos da prevenção. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. pág. 19-33 e 109-119.

DELORS, Jacques. Educação um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GARDNER, H. Estrutura da Mente: a teoria das inteligências múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 1994.

GIRARDI, Leopoldo Justino e QUADROS, Odone Josá de. Filosofia: Aprendendo a pensar. 9a ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.

MORIM, Edgart . Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. Cortez, Brasília: UNESCO, 2001.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão, construindo uma sociedade para todos. WVA Editora.

4.3 – PROVA DE INFORMÁTICA - Para todos os cargos deste grupo

Programa: Conceitos básicos de Word 2013; formatar, salvar e visualizar arquivos e documentos; alinhar, configurar página e abrir arquivos; copiar, mover e localizar texto; destacar listas, personalizar documentos, Inserir símbolos e imagens, Trabalhar com tabelas, trabalhar com colunas. Conceitos básicos de Excel 2013; formatar a planilha, números e fórmulas, funções básicas, impressão e gráficos. Trabalhando com arquivos e pastas, trabalhando com programas, gerenciando janelas, procurando informações no Microsoft Windows 7. Localizando as informações, Trabalhando com janelas, Navegação com guias, Imprimindo e salvando informações, Pishing, vírus e outras ameaças no Internet Explorer. Correio eletrônico.

Referências Bibliográficas:



Ajuda do Microsoft Windows 7.

Ajuda do Microsoft Word 2013 e Microsoft Excel 2013.

Ajuda do Internet Explorer.

Manuais básicos sobre o uso dos softwares Microsoft Windows, Word, Excel e Internet Explorer

GILSTER, Paul. Como Encontrar Informações na Internet. Editora Makron Books Ltda.

SANTANA, Ozeas Vieira Filho. Introdução à Internet. Editora Senac.

SHELL, Ned. Aprenda Internet em 24 horas. Editora Campus.

VELLOSO, F. DE C. Informática: conceitos básicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

4.4 – PROVA DE LEGISLAÇÃO E DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

4.4.1 - Para o cargo de Auxiliar de Ensino.

Programa: Na prova de legislação e conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre a legislação relacionada abaixo e sobre os conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições de cada cargo, relacionadas no anexo 1 deste Edital.

Referências Bibliográficas:

BRASILIA. Constituição Federal. Título I e II; Título VIII, Capítulo III Seção I e II.

BRASILIA. Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASILIA. Lei nº 7853/89 - apoio as pessoas portadoras de deficiências.

BRASÍLIA. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Cadernos de Atenção Básica. Nº 11

(Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil). Nº 12 (Obesidade). Nº 17 (Saúde Bucal). Nº 23 (Saúde da Criança - Nutrição Infantil).

TAPERA, Regime Jurídico do Município.

TAPERA, Lei Orgânica do Município.

BARBOSA, M. C S. HORN, M. G. S. Projetos pedagógicos na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. 4. ed. S.P. Scipione, 2008. IAVELBERG, Rosa. Para gostar de aprender arte. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LEVIN. Esteban. A infância em cena: constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor. Petrópolis: 1997.

REDIN, Euclides. O Espaço e o Tempo de Criança: Se der Tempo a Gente Brinca. Porto Alegre: Mediação, 1998, pág. 85 (cadernos Educação Infantil, 6).

SANTOS, S. M. P. Brinquedo e infância. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004

VYGOTSKY, Lev Semenovich. A Formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 5. ed. 1994.

4.4.2 - Para o cargo de Educador Especial.

Programa: Na prova de legislação e conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre a legislação relacionada abaixo e sobre os conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições de cada cargo, relacionadas no anexo 1 deste Edital.

Referências Bibliográficas:

BRASILIA. Constituição Federal. Título I e II; Título VIII, Capítulo III Seção I e II.

BRASILIA. Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASILIA. Lei nº 7853/89 - apoio as pessoas portadoras de deficiências.

BRASILIA. Lei n°10.741, de 1° de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso.

BRASÍLIA. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Cadernos de Atenção Básica. Nº 11

(Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil). Nº 12 (Obesidade). Nº 17 (Saúde Bucal). Nº 23 (Saúde da Criança - Nutrição Infantil).

TAPERA, Regime Jurídico do Município.

TAPERA, Lei Orgânica do Município.

BECKER, Fernando. Educação e construção do conhecimento. Artmed.

COLL, Cesar (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação. 1. ed. Porto Alegre: Artes Medicas, 1993. 3 V DOCKRELL, Julie. Crianças com dificuldades de aprendizagem: uma abordagem cognitiva. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

FERNÁNDEZ, Alícia. O saber em jogo: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

FONSECA, Vitor da. Educacao especial. 1. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

_____, Vitor da. Introdução as dificuldades de aprendizagem. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

PAGNANELII, Nancy Costa; FARAH, Itamar Marcondes. Somos todos iguais? Memnon Edições Científicas.

REGEN, Mina. Uma creche em busca da inclusão. Memnon Edições Científicas.

SASSAKI, Romeu Kazumi, Inclusão, construindo uma sociedade para todos. WVA Editora.



WERNECK, Cláudia. Coleção meu amigo down. WVA Editora.

_____. Um amigo diferente? WVA Editora.

4.4.3 - Para o cargo de Educador Físico.

Programa: Na prova de legislação e conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre a legislação relacionada abaixo e sobre os conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições de cada cargo, relacionadas no anexo 1 deste Edital.

Referências Bibliográficas:

BRASILIA. Constituição Federal. Título I e II; Título VIII, Capítulo III Seção I e II.

BRASILIA. Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASILIA. Lei nº 7853/89 - apoio as pessoas portadoras de deficiências.

BRASILIA. Lei nº 8842/94 - Política Nacional do Idoso;

BRASILIA. Lei n°10.741, de 1° de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso.

BRASILIA. **Portaria nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006 -** Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.

TAPERA, Regime Jurídico do Município.

TAPERA, Lei Orgânica do Município.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Redes de produção da saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **HumanizaSUS:** Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo

norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília – DF: 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. **Cadernos de Atenção Básica**. Números: 12 (Obesidade); 19 (Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa), 21 (Vigilância em Saúde); 22(Vigilância em Saúde,

Zoonozes); 27 (NASF: Núcleo de Apoio à Saúde da Família); 28 (Acolhimento de Demanda Espontânea); 29

(Rastreamento); 30 (Procedimentos); 31(Práticas integrativas e complementares).

DELORS, Jacques. Educação um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. 4 ed. S.P.: Scipione, 2008.

SILVA, Rita de Fátima da; SEABRA JÚNIOR, Luiz; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. Educação física adaptada no Brasil: da história à inclusão educacional. São Paulo: Phorte, 2008. 191 p.

MATTOS, Mauro Gomes de; NEIRA, Marcos Garcia. Educação física na adolescência: construindo o conhecimento na escola. 5 ed. São Paulo: Phorte, 2008.

SERGIO, Manuel. Educação Física ou Ciência da Motricidade Humana? Campinas: Papirus, 1989.

SOARES, C. Lúcia e outros. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

4.4.4 - Para o cargo de Instrutor de Informática.

Programa: Na prova de legislação e conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre a legislação relacionada abaixo e sobre os conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições de cada cargo, relacionadas no anexo 1 deste Edital.

Referências Bibliográficas:

BRASILIA. Constituição Federal. Título I e II; Título VIII, Capítulo III Seção I e II.

BRASILIA. Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASILIA. Lei nº 7853/89 - apoio as pessoas portadoras de deficiências.

BRASILIA. Lei n°10.741, de 1° de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso.

TAPERA, Regime Jurídico do Município.

TAPERA, Lei Orgânica do Município.

COSTA, Celso Maciel da. Sistemas Operacionais: Programação Concorrente com Pthreads. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 211p.

FERNANDES, Aguinaldo Aragon; ABREU, Vladimir Ferraz de. Implantando a governança de TI: da estratégia à gestão de processos e serviços. 3 ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2012.

NAKAMURA, Emílio Tissato; GEUS, Paulo Lício de. Segurança de Redes em Ambientes Cooperativos -

Fundamentos, Técnicas, Tecnologias, Estratégias. São Paulo: Novatec, 2013.

OLIVEIRA, Jair Figueiredo de Sistema de Informação versus Tecnologia da Informação: um impasse empresarial. 1ªed. São Paulo: Erica, 2004

SANTANA, Ozeas Vieira Filho. Introdução à Internet. Editora Senac.

SHELL, Ned. Aprenda Internet em 24 horas. Editora Campus.

SILVA, Mário. Terminologia Básica: Windows XP: Word XP: Excel XP. São Paulo: Érica, 2002.

STAIR, Ralph. Princípios de Sistemas de Informação. 6 ed. São Paulo: Congage Learnig, 2008.

STALLINGS, William. Arquitetura e Organização de Computadores. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2008.



TANENBAUM, ANDREW S. Sistemas Operacionais Modernos. 2 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003. VELLOSO, F. DE C. Informática: conceitos básicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. WHITE, Curt. Redes de Computadores e Comunicação de Dados. São Paulo: Cengage Learning, 2012

5 – GRUPO 5

5.1 – PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA – Para todos os cargos deste grupo:

Programa: Leitura, interpretação, compreensão e estruturação de textos. Noções gerais de gramática. Estrutura e formação de palavras. Ortografia: emprego das letras e acentuação gráfica. Emprego das classes de palavras. Derivação prefixal e sufixal. Sintaxe: frase, oração, período, pontuação, tipos de frases, complementos verbais e nominais. Orações subordinadas e coordenadas. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Valores semântico-sintáticos das preposições e das conjunções. Concordância nominal e verbal. Colocação dos termos na frase. Emprego do acento indicativo da crase. Semântica: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos, denotação e conotação; sentido figurado.

Referências Bibliográficas:

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** Curitiba: Positivo, 2004. CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. R.J.: Nova Fronteira

5.2 – PROVA DE FUNDAMENTOS EM EDUCAÇÃO/ DIDÁTICA - Para todos os cargos deste grupo

Programa: Tendências pedagógicas e suas manifestações na Prática educativa; Escola: um espaço em transformação: Escola tradicional e escola contemporânea – caracterização; Inter-relações dos elementos transformadores da escola: sociedade, cultura, conhecimento, ensino-aprendizagem, professor-educador-aluno; organização da prática educativa: Planejamento escolar – importância, etapas do planejamento: diagnóstico, objetivos, seleção de conteúdos, procedimentos, recursos e avaliação pedagógica. Metodologia de Projetos **Bibliografia:**

COLL, C. Os conteúdos na reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. P. A: ARTMED, 1998

DELORS, Jacques. Educação um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LIBÂNEO, J.C. Didática. São Paulo: Cortês, 1990.

HERNÁNDES, Fernando e Ventura, Montserrat. A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho, 5ª Ed.

Porto Alegre: Artmed, 1998.

5.3 – PROVA DE LEGISLAÇÃO E DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

5.3.1 - Para o cargo de Professor Ensino Fundamental das Séries Iniciais

Programa: Na prova de legislação e conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre a legislação relacionada abaixo e sobre os conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições do cargo, relacionados no anexo 1 deste Edital.

Referências Bibliográficas:

BRASILIA Constituição Federal, Título I e II Capítulo I e II; Título VIII, Capítulo III Seção I e II.

BRASILIA. Lei nº 8069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

BRASILIA. Lei nº 7853/89 - apoio as pessoas portadoras de deficiências;

BRASILIA. Lei nº 9394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

TAPERA, Regime Jurídico do Município.

TAPERA, Lei Orgânica do Município.

TAPERA, Plano de Carreira do Magistério Municipal.

ADAMS, Marilyn Jager & cols. Consciência Fonológica em Crianças Pequenas. P. A: Artmed, 2006.

CALKINS, Lucy; HARTMAN, Amanda & WHITE, Zoë Crianças produtoras de texto: A arte de interagir em sala de aula. Porto Alegre: Artmed, 2008.



IAVELBERG, Rosa. Para gostar de aprender arte. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LOIS, Lena. Teoria e prática da formação do leitor: Leitura e literatura na sala de aula. P.A.: Artmed, 2010.

KAMII, Constance. Construção do número na criança. Porto Alegre: ARTMED.

KAUFMAN, Ana M. e RODRIGUEZ, M.H. Leitura escolar e produção de textos. Porto Alegre: ARTMED, 1995.

MELCHIOR, M. C. Avaliação Pedagógica: função e necessidade. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PINTO, Luciane da Silva. A educação matemática e a construção do cálculo na confecção de sapatos. Porto Alegre: Premier, 2003.

PORTELA, R e CHIANCA, R.M.B. Didática de Estudos Sociais. 5 ed. São Paulo: Ática, 1997.

POZO, Juan Ignacio & CRESPO, Miguel Ángel Gómez. A aprendizagem e o ensino de ciências: Do

conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

VARELLA, Noely K. Leitura & escrita: temas para reflexão. Porto Alegre: Premier, 2004.

5.3.2 – Para o cargo de Professor de Educação Artística:

Programa: Na prova de legislação e de conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições do cargo, relacionadas no anexo I deste Edital e na bibliografia relacionada abaixo.

Referências Bibliográficas:

BRASILIA. Constituição Federal, Título I e II Capítulo I e II; Título VIII, Capítulo III Seção I e II.

BRASILIA. Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASILIA. Lei nº 8069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

BRASILIA. Lei nº 7853/89 - apoio as pessoas portadoras de deficiências;

TAPERA. Plano de Carreira do Magistério Municipal

TAPERA. Regime Jurídico do Município.

TAPERA. Lei Orgânica do Município

BATTISTONI, D. F. Iniciando artes plásticas no Brasil. São Paulo: Papirus, 1990.

BRKENBROCK, Volney J., Jogos e Diversões em grupo. Petrópolis, Editora Vozes, 2003.

BURKE, Peter. Testemunha Ocular-História e Imagem. EDUSC, São Paulo, 2004, 264p.

CUNHA, Susana Rangel Vieira da. Cor, som e movimento, Editora Mediação, Porto Alegre, 1999.

FUSARI, Maria F. de Resende e FERRAZ, Maria Heloísa C. T. Arte na Educação Escolar. S.P: Cortez, 1992.

HELIODORA, Bárbara. O Teatro explicado aos meus filhos. Rio de Janeiro, Agir, 2008

HERNANDEZ, Fernando. Catadores da Cultura Visual. Proposta para uma nova narrativa educacional. Editora Mediação, Porto Alegre, 2007,127p.

KOUDELA, Ingrid Dormien. Jogos Teatrais. São Paulo, Editora Perspectiva, 2006.

JAPIASSU, Ricardo. Metodologia do Ensino de Teatro. São Paulo, Papirus Editora, 2005.

JOLY, Martine. Introdução á Análise da Imagem. Papirus Editora, São Paulo, 2008, 12ª Ed,152p.

MARTINS, Mírian Celeste (org.). Didática do Ensino de Arte: a Língua do Mundo: poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 1998.

MILITÃO, Albigenor & Rose. Jogos, Dinâmicas e Vivências Grupais. Rio de Janeiro, Qualitimark, 2002.

NOVELLY, Maria C.Jogos Teatrais- Exercícios para grupos e sala de aula. São Paulo, Papirus Editora, 2007.

PILLAR, Analice Dutra. (Org.) A educação do olhar no ensino das artes. Editora Mediação. P. Alegre, 1999.

ROSSI, Maria H.W.. Imagens que falam-leitura da arte na escola. Editora Mediação, Porto Alegre, 2006,140p.

TELLES, Narciso. Pedagogia do Teatro. Porto Alegre, Editora Mediação, 2007.

REVERBEL, Olga. Um caminho do teatro na escola. São Paulo, Editora Scipione, 2001.

STANISLAVSKI, Constantin. A criação de um papel. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

WEIL, Pierre & TOMPAKOW, R. O Corpo Fala. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

5.3.3 – Para o cargo de Professor de Educação Física.

Programa: Na prova de legislação e de conhecimentos específicos, as questões serão elaboradas sobre conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições do cargo, relacionadas no anexo I deste Edital e na bibliografia relacionada abaixo.

Referências Bibliográficas:

BRASILIA. Constituição Federal, Título I e II Capítulo I e II; Título VIII, Capítulo III Seção I e II.

BRASILIA. Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASILIA. Lei nº 8069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

BRASILIA. Lei nº 7853/89 - apoio as pessoas portadoras de deficiências;

TAPERA. Plano de Carreira do Magistério Municipal

TAPERA. Regime Jurídico do Município.



TAPERA. Lei Orgânica do Município

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. 4. ed. S.P: Scipione, 2008. MATTOS, Mauro G. de; NEIRA, Marcos G. Educação física na adolescência: construindo o conhecimento na escola. 5. ed. São Paulo: Phorte, 2008.

MELLO, Alexandre M. de. Psicomotricidade, Educação Física e jogos infantis. São Paulo: Ibrasa, 1989.

NEGRINE, A. O ensino de Educação Física. Porto Alegre: Globo, 1983.

SERGIO, Manuel. Educação Física ou Ciência da Motricidade Humana? Campinas: Papirus, 1989.

SOARES, C. Lúcia et al. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez.

SILVA, Rita de Fátima da; SEABRA JÚNIOR, Luiz; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. Educação física adaptada no Brasil: da história à inclusão educacional. São Paulo: Phorte, 2008. 191 p.

5.3.4 – Para o cargo de Professor de Educação Infantil.

Programa: Na prova de legislação e de conhecimentos específicos, as questões serão elaboradas sobre conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições do cargo, relacionadas no anexo I deste Edital e na bibliografia relacionada abaixo.

Referências Bibliográficas:

BRASILIA. Constituição Federal, Título I e II Capítulo I e II; Título VIII, Capítulo III Seção I e II.

BRASILIA. Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASILIA. Lei nº 8069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

BRASILIA. Lei nº 7853/89 - apoio as pessoas portadoras de deficiências;

TAPERA. Plano de Carreira do Magistério Municipal

TAPERA. Regime Jurídico do Município.

TAPERA. Lei Orgânica do Município

BARBOSA, M. C S. HORN, M. G. S. Projetos pedagógicos na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CRAIDY, C. M. e KAERCHER, G. E. (org.). Educação infantil: pra que te quero? P. Alegre: Artmed, 2001.

KUHLMANN Jr., Moysés. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. P.Alegre: Mediação, 1998.

MACHADO, M. L. A. (org.) Encontros e desencontros em educação infantil. São Paulo: Cortez, 2002.

MATTOS, Mauro Gomes de; NEIRA, Marcos Garcia. Educação física infantil: construindo o movimento na escola. 7. ed. rev. ampl. São Paulo: Phorte, 2008.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo socio-histórico. 4 ed. São Paulo: Scipione, 2001.

OSTETTO, L. E. (org.). Encontros e encantamentos na Educação Infantil. São Paulo: Papirus. 2000.

PANIZZA, Mabel e cols. Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais. P.A, Artmed, 2006.

SHORES, E. F. Manual de portfólio: um guia passo a passo para professores. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SOUZA, R. C. BORGES, M. F. S. T. A práxis na formação de educadores infantis. R.de Janeiro: DP&A, 2002.

TIRIBA, Léa. Buscando caminhos para a pré-escola popular. São Paulo: Ática, 2002.

5.3.5 - Para o cargo de Professor de Matemática.

Programa: Na prova de legislação e de conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições do cargo, relacionadas no anexo I deste Edital e na bibliografia relacionada abaixo.

Referências Bibliográficas:

BRASILIA. Constituição Federal, Título I e II Capítulo I e II; Título VIII, Capítulo III Seção I e II.

BRASILIA. Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASILIA. Lei nº 8069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

BRASILIA. Lei nº 7853/89 - apoio as pessoas portadoras de deficiências;

TAPERA. Plano de Carreira do Magistério Municipal

TAPERA. Regime Jurídico do Município.

TAPERA. Lei Orgânica do Município

BONGIOVANNI, V; LEITE, O. R. V; LAUREANO, J. L.T. Matemática. Vol. único. 2º Grau. SP, Ed. Ática, 1994. GIOVANNI, José Ruy; CASTRUCCI, Benedito; GIOVANNI FR., José Ruy. A conquista da matemática: Teoria e aplicação. 5ª a 8ª série. São Paulo: Ed. FTD, 1992.

KAMII, Constance. Construção do número na criança. Porto Alegre: ARTMED.

LEDUR, Elsa e outros. Metodologia do Ensino da Matemática no 1º grau. S. L., Unisinos, 1988.

MORI, Iracema e ONAGA, D. S. Matemática: Idéias e desafios. 5ª a 8ª série. S.P., 1ª ed. Saraiva, 1996.

SOUZA, Maria Helena Soares de e SPINELLI, W., Matemática 2º Grau, S.P., Ed. Scipione, 1996, Vol. 1 ao 3.

PINTO, Luciane da Silva. A educação matemática e a construção do cálculo na confecção de sapatos. Porto Alegre: Premier Editôra, 2003.



D'AMBRÓSIO. U. Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática. Campinas: Unicamp, 1986. GIOVANNI E GIOVANNI, JR. Matemática - pensar e descobrir, 8. São Paulo: FTD, 1996.

5.3.6 - Para o cargo de Professor de Português.

Programa: Na prova de legislação e de conhecimentos específicos as questões serão elaboradas sobre conteúdos gerais que condizem com a síntese dos deveres e exemplos de atribuições do cargo, relacionadas no anexo I deste Edital e na bibliografia relacionada abaixo.

Referências Bibliográficas:

BRASILIA. Constituição Federal, Título I e II Capítulo I e II; Título VIII, Capítulo III Seção I e II.

BRASILIA. Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASILIA. Lei nº 8069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

BRASILIA. Lei nº 7853/89 - apoio as pessoas portadoras de deficiências;

TAPERA. Plano de Carreira do Magistério Municipal

TAPERA. Regime Jurídico do Município.

TAPERA. Lei Orgânica do Município

KASPARY, Adalberto J. Português em exercícios. Porto Alegre: Edita, 2002.

KAUFMAN, Ana M. e RODRIGUEZ, M.H. Leitura escola e produção de textos. P. Alegre: Artes Médicas,1995. NEVES, Iara Conceição Bitencourt et al. (orgs.). Ler e escrever: compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

RICHE, R.C. e SOUZA, D. Oficina de textos: leitura e redação. 1ºao 4ºvol. São Paulo: Saraiva, 1996.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática. S.P.: Cortez, 2008.

VARELLA, Noely K. Leitura & escrita: temas para reflexão. Porto Alegre: Premier, 2004.



CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2015 EDITAL N.º 046/2015

ANEXO III FORMULÁRIO PARA ENTREGA DE RECURSOS

				1
NOME:				Nº INSC:
CARGO:				
Marque com X somente um tipo	de recurso, co	nforme desejac	do.	
() Contra o indeferimento da In () Contra as Questões Objetiva () Contra os Resultados da Pro	scrição as	ŕ	() Contra o Gal () Contra os Re	parito Oficial esultados da Prova Escrita esultados da Prova de Títulos
O formulário deve ser preenchid	o de acordo co	m o item 7.2 do	o presente Edital.	
Obs: Preencha com letra de forn	na todos os car	mpos acima e e	entregue 2 (duas) v	rias do formulário.
	Tapera,	de	de 2015.	
Assinatura do candidato			Assinatura do re	esponsável pelo recebimento



CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2015 EDITAL N.º 046/2015

ANEXO IV FORMULÁRIO PARA ENTREGA DE TÍTULOS

		<u> </u>		
CARGO:		Nº INSC:		
Campos preenchidos pelo candida	to	Não preencher		
TÍTULO DO EVENTO	N° HORAS	PONTUAÇÃO	OBS	
		Total		
		Campos preenchidos pelo candidato TÍTULO DO EVENTO Nº HORAS	Campos preenchidos pelo candidato TÍTULO DO EVENTO Nº HORAS PONTUAÇÃO	